

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

GUILHERME LOPES CORREA

**INTEGRAÇÃO MONETÁRIA E FINANCEIRA NA ASEAN:**  
CONTEXTO ATUAL E PERSPECTIVAS

PORTO ALEGRE

2015

GUILHERME LOPES CORREA

**INTEGRAÇÃO MONETÁRIA E FINANCEIRA NA ASEAN:  
CONTEXTO ATUAL E PERSPECTIVAS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Dr. André Moreira Cunha

PORTO ALEGRE

2015

### CIP - Catalogação na Publicação

Correa, Guilherme Lopes  
Integração monetária e financeira na ASEAN:  
contexto atual e perspectivas / Guilherme Lopes  
Correa. -- 2015.  
88 f.

Orientador: André Moreira Cunha.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade  
de Ciências Econômicas, Curso de Ciências Econômicas,  
Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Integração e cooperação monetária e financeira.  
2. ASEAN. 3. ASEAN+3. I. Cunha, André Moreira,  
orient. II. Título.

GUILHERME LOPES CORREA

**INTEGRAÇÃO MONETÁRIA E FINANCEIRA NA ASEAN:  
CONTEXTO ATUAL E PERSPECTIVAS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Aprovado em: Porto Alegre, 30 de novembro de 2015, com o conceito nota: A.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. André Moreira Cunha - Orientador  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

---

Prof. Dr. Marcelo Milan  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

---

Prof. Dr. Ricardo Dathein  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

PORTO ALEGRE

2015

## RESUMO

Através deste trabalho busca-se realizar uma análise do processo de integração e cooperação econômica entre os membros da ASEAN e ASEAN+3, principalmente no que se refere à integração e cooperação monetária e financeira, através da identificação e caracterização dos mecanismos e iniciativas pelos quais estes ocorrem e também através da apresentação da estrutura organizacional que envolve este processo. Além disso, busca-se fazer uma caracterização das economias da região, identificando elementos de convergência para o aprofundamento do processo de integração na região utilizando principalmente os critérios previstos segundo a Teoria das Áreas Monetárias Ótimas.

**Palavras-chave:** Integração e cooperação monetária e financeira. ASEAN. ASEAN+3

## **ABSTRACT**

This work seeks to analyze the process of economic integration and cooperation among the members of ASEAN and ASEAN+3, especially in what regards to monetary and financial cooperation and integration. Thereto, the mechanisms and initiatives implied in these are identified and characterized. In addition, it seeks to make a characterization of the economies in the region, identifying convergence elements for the deepening of the integration process in the region mainly using the criteria set out by the Theory of Optimal Currency Area.

**Keywords:** Monetary and financial cooperation and integration. ASEAN. ASEAN+3.

**LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Estrutura Institucional da ASEAN.....	36
Tabela 2 – Estrutura da Comunidade ASEAN.....	37
Tabela 3 – População (em milhares), PIB Nominal (em US\$) e PIB per capita (em US\$) para os países da ASEAN e ASEAN+3, 2014.....	50
Tabela 4 – Resultado do Primário Governo Central, Resultado nominal do Governo Central e Dívida Bruta do Governo Central, 2014 (% do PIB).....	54
Tabela 5 – Estoque de Reservas Internacionais para países da ASEAN e ASEAN+3, 2014 (em milhões de US\$).....	58
Tabela 6 – Complementaridade entre estruturas exportadoras e importadoras dos países das ASEAN e ASEAN+3, 2014.....	68
Tabela 7 – Correlação entre taxas de crescimento do PIB real entre economias da ASEAN e ASEAN+3, 1997-2014.....	70
Tabela 8 – Correlação entre os deflatores do PIB de economias da ASEAN e ASEAN+3, 1997-2014.....	71

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução de acordos comerciais do tipo RTA por década, 1948-2015...	11
Gráfico 2 – Composição do PIB por valor agregado por setores da economia (agricultura, serviços e indústria) para os países da ASEAN e ASEAN+3, 2014 (%). .....	51
Gráfico 3 – Variação anual do Índice de Preços ao Consumidor para países selecionados da ASEAN, 1997-2014 (%).....	52
Gráfico 4 – Variação do Índice de Preços ao Consumidor para países selecionados da ASEAN e ASEAN+3, 1997-2014 (%) .....	53
Gráfico 5 – Taxa de Juros Reais para países selecionados da ASEAN e ASEAN+3, 1997-2014 (%).....	54
Gráfico 6 – Taxa de Juros Reais para países selecionados da ASEAN e ASEAN+3, 1997-2014 (%).....	55
Gráfico 7 – Taxa de Câmbio Efetiva Real para países selecionados da ASEAN e ASEAN+3, 1998-2014.....	56
Gráfico 8 – Taxa de Câmbio Efetiva Real para países selecionados da ASEAN e ASEAN+3, 1998-2014.....	56
Gráfico 9 – Fluxo de entrada líquido de Investimento Estrangeiro Direto (IED) para países selecionados da ASEAN e ASEAN+3, 1997-2008 (% do PIB). .....	57
Gráfico 10 – Fluxo de entrada líquido de Investimento Estrangeiro Direto (IED) para países selecionados da ASEAN e ASEAN+3, 1997-2008 (% do PIB) .....	58
Gráfico 11 – Grau de Abertura de economias selecionadas da ASEAN e ASEAN+3, 2005-2014 (% do PIB).....	64
Gráfico 12 – Grau de Abertura de economias selecionadas da ASEAN e ASEAN+3, 2005-2014 (% do PIB).....	65
Gráfico 13 – Exportações e Importações Intragrupo, 1997-2014 (% das exportações, % das importações).....	66
Gráfico 14 – Índice de Globalização para países da ASEAN e ASEAN+3, 1997-2012. .....	73



## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2. INTEGRAÇÃO ECONÔMICA .....</b>	<b>11</b>
2.1. PROCESSO DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA .....	13
2.2. INTEGRAÇÃO MONETÁRIA E FINANCEIRA .....	17
2.2.1. MECANISMOS DE COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO MONETÁRIA E FINANCEIRA .....	18
2.2.2. TEORIA DAS ÁREAS MONETÁRIAS ÓTIMAS .....	21
2.3. INTERPRETAÇÕES ALTERNATIVAS AOS PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA .....	25
2.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	28
<b>3. ASSOCIAÇÃO DAS NAÇÕES DO SUDESTE ASIÁTICO (ASEAN) .....</b>	<b>30</b>
3.1. CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA ASEAN .....	30
3.2. ESTRUTURA INSTITUCIONAL DA ASSOCIAÇÃO .....	34
3.3. INICIATIVAS DE INTEGRAÇÃO E COOPERAÇÃO MONETÁRIA E FINANCEIRA .....	40
3.3.1. INICIATIVA CHIANG MAI .....	41
3.3.2. AMRO – ASEAN+3 MACROECONOMIC RESEARCH OFFICE .....	42
3.3.3. OUTRAS INICIATIVAS DE INTEGRAÇÃO E COOPERAÇÃO MONETÁRIA E FINANCEIRA .....	43
3.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	45
<b>4. INTEGRAÇÃO MONETÁRIA NA ASEAN: EVIDÊNCIAS EMPIRÍCAS E A FORMAÇÃO DE ARRANJO MONETÁRIO NA REGIÃO .....</b>	<b>47</b>
4.1. FORMAÇÃO DE ARRANJO MONETÁRIO NO CONTEXTO DA ASEAN E ASEAN+3 .....	47
4.2. CARACTERIZAÇÃO DAS ECONOMIAS DA ASEAN E ASEAN+3 .....	49
4.3. ASEAN COMO UMA ÁREA MONETÁRIA ÓTIMA .....	59
4.3.1. MOBILIDADE DE FATORES: MERCADO DE TRABALHO .....	60
4.3.2. MOBILIDADE DE FATORES: FLUXO DE CAPITAIS .....	62
4.3.3. GRAU DE ABERTURA E COMÉRCIO REGIONAL .....	63
4.3.4. CONVERGÊNCIA DE INDICADORES MACROECONÔMICOS .....	69
4.4. CONVERGÊNCIA POLÍTICA, SOCIAL E CULTURAL .....	72
4.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	74
<b>5. CONCLUSÃO .....</b>	<b>76</b>
<b>6. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>80</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>86</b>
APÊNDICE A: Índice de complementaridade entre estruturas exportadoras e importadoras para países da ASEAN e ASEAN+3 .....	86

APÊNDICE B: Resultados de correlações entre taxas de crescimento do PIB entre economias da ASEAN e ASEAN+3, 1997-2014. ....	87
APÊNDICE C: Resultados de correlações entre os deflatores do PIB entre economias da ASEAN e ASEAN+3, 1997-2014. ....	88

## 1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o continente asiático tem-se mostrado como uma das principais fontes de dinamismo da economia global, sendo apontada por Capannelli (2014) como o “motor do crescimento” mundial a partir do processo de recuperação iniciado após a crise financeira mundial de 2008. As perspectivas para a região para os próximos anos são muito auspiciosas. Conforme Kholi et al. (2011, *apud* Capannelli, 2014) estudos projetam a possibilidade do continente asiático ser detentor de fatia superior a 50% do produto global até o entorno da metade deste século, dessa forma, denominando-o como o “século da Ásia”.

Entre os principais atores no contexto asiático encontramos a emergência de grandes potências como China e Índia, duas das principais nações emergentes no contexto mundial atual, responsáveis por significativa parte do crescimento apresentado pelo continente asiático e também mundial. Nesse sentido, também cabe um papel de destaque a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ANSEA, na sigla em inglês ASEAN), grupo fundado em 1967 por Indonésia, Malásia, Filipinas, Cingapura e Tailândia, ao qual mais tarde ainda passaram a integrar Brunei Darussalan, Camboja, Laos, Myanmar e Vietnã.

O processo de integração e cooperação econômica na região começou a ganhar novos contornos a partir do final da década de 1990, quando logo após um período de instabilidade na região, diversas iniciativas de cooperação e movimentos em direção ao aprofundamento da integração no bloco emergiram. Nesse sentido, surge o projeto de formação de um mercado único sob a intitulada “Comunidade da ASEAN” até o ano de 2020, mais tarde tendo sua conclusão antecipada para o final do ano de 2015. Concomitantemente, esforços de cooperação financeira no âmbito da ASEAN+3 foram criados e desenvolvidos ao longo dos últimos anos.

Desse modo, o objetivo central deste trabalho é investigar o processo de integração econômica entre os países da ASEAN, principalmente no que se refere ao processo de integração monetária e financeira entre os seus membros e também aos esforços de cooperação desenvolvidos no âmbito da ASEAN+3, denominação que se refere aos dez membros da ASEAN e ainda China, Japão e República da Coreia, ou também conhecida por Coreia do Sul. Mais especificamente, busca-se: (i) identificar e caracterizar os mecanismos e iniciativas pelos quais tais dinâmicas vêm se estruturando; (ii) analisar a estrutura organizacional do grupo, de forma a

entender sua estrutura e o seu papel no processo de integração; (iii) analisar as economias da região, identificando elementos de convergência para o aprofundamento do processo de integração na região; (iv) apresentar as principais contribuições da literatura na área de integração econômica, com maior ênfase ao que se refere aos processos de integração monetária e financeira.

Como hipótese tem-se que o desenvolvimento de um processo de integração econômica avança em estágios à medida que passa a abranger os diversos aspectos que envolvem as relações econômicas entre seus participantes, aumentando gradativamente os seus níveis de complexidade. No entanto, devido as particularidades de cada caso, um processo de integração econômica pode não seguir necessariamente de forma linear os estágios previstos na literatura e também não necessariamente atingir os mais elevados estágios prevista nesta. Adicionalmente, tem-se que os processos cooperação econômica podem servir para criar bases para um futuro processo de integração econômica.

No capítulo que segue é realizada uma apresentação dos principais elementos que envolvem os processos de integração e cooperação econômica considerando a literatura sobre o tema, assim como suas caracterizações. A seguir, avança-se para caracterização desses processos na esfera financeira e monetária, identificando os principais mecanismos pelos quais tais processos desenvolvem-se nestas esferas. Também nesse capítulo são apresentados os aspectos que compõe o arcabouço teórico da Teoria das Áreas Monetárias Ótimas (TAMO), principal referencial utilizado neste trabalho para análise de convergência entre países para o aprofundamento de um processo de integração monetária, desde as contribuições iniciais de Mundell (1961) até os desdobramentos mais recentes da literatura sobre o assunto. Ainda neste capítulo também são apresentadas algumas das visões críticas em relação aos processos de integração monetária.

No terceiro capítulo tem-se um breve panorama histórico do desenvolvimento da Associação e da ASEAN+3, assim como uma apresentação da estrutura organizacional da Associação. Também neste capítulo são identificados os principais mecanismos e iniciativas de cooperação e integração monetária na região.

No quarto capítulo é realizada uma contextualização do debate em relação à criação de um arranjo monetário entre os países da ASEAN e em seguida tem-se uma breve caracterização das economias que compõem a ASEAN e também a ASEAN+3. Também neste capítulo é realizada uma análise do processo de

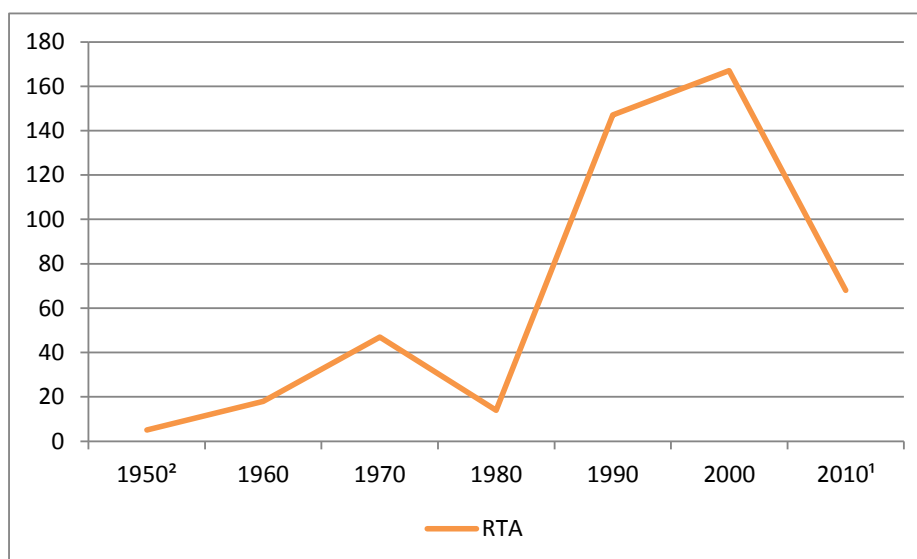
integração na região utilizando os critérios da TAMO. Por fim, apresenta-se no último capítulo as conclusões.

## 2. INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

Os processos de integração econômica como um fenômeno surgido principalmente a partir dos anos 1950, ainda hoje se mostram como um fenômeno contemporâneo. Na atualidade, o caso da União Europeia, um dos mais avançados acordos de integração econômica já existentes quando trata-se do grau de aprofundamento atingido, serve de estímulo para formação de novos blocos e também, para o aprofundamento das relações de outros já existentes.

No Gráfico 1 estão compilados dados de acordos comerciais do tipo RTA (*Regional Trade Agreements*) envolvendo o comércio de bens e serviços registrados junto a Organização Mundial do Comércio (OMC). Dentre os 504 acordos do tipo RTA registrados no período abrangido, a grande maioria observada passou a vigorar a partir dos anos 1990, década que representou um grande salto no número de acordos regionais em vigência, tendência ainda mantida na década seguinte.

Gráfico 1 – Evolução de acordos comerciais do tipo RTA por década, 1948-2015



Fonte: Elaboração do autor com dados de RTA-IS/ WTO.

<sup>1</sup> Abrange informações de acordos até agosto/2015.

<sup>2</sup> Considera os anos de 1948 e 1949.

O padrão de crescimento de RTAs apresentado nos últimos anos demonstra um abandono de uma visão “Multilateralista” em prol de outra denominada “Novo Regionalista”. Visão esta que deriva do conceito inicial de “regionalismo”, definido como uma forma de integração induzida por políticas que visam tal fim, que por sua vez se contrapõe ao que se denota como “regionalização”, que seria uma forma de

integração econômica conduzida pelas interações de mercado, similar ao adotado como definição ao conceito de globalização. Este “Novo Regionalismo” surge a partir da frustração no ritmo lento observado nas negociações de acordos de comércio multilaterais. Dessa maneira, acordos regionais bilaterais passam a ser vistos como formas mais ágeis de se avançar com processos de liberalização econômica e harmonização de um amplo campo de políticas. Além disso, essa nova visão traz consigo o ideal do processo de globalização em curso como uma forma de obter acesso a mercados desenvolvidos e atrair fluxos de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) (UNCTAD, 2007).

Os RTAs caracterizam-se pela ampliação da cobertura e conseqüente aumento de complexidade. Esses novos acordos não se restringem ao comércio de bens e serviços, mas também chegam a tratar de assuntos como investimento, concorrência, meio ambiente, entre outros tópicos que se mostram cada vez mais presentes no debate econômico, político e social do mundo contemporâneo. Além disso, tendências no que se refere a abrangência geográfica também são observadas, como é o notório aumento de acordos preferenciais do tipo Norte-Sul, envolvendo países desenvolvidos e países em desenvolvimento, assim como acordos entre nações pertencentes ao eixo Sul-Sul, acordos exclusivamente entre países em desenvolvimento. Outro aspecto relevante, no que se trata do contexto geográfico destes acordos, é a ampliação do número de acordos envolvendo países não necessariamente de uma mesma região ou continente (CRAWNFORD, FIORENTINO, 2005 *apud* GUPTA, 2008).

Do ponto de vista teórico tal fenômeno é visto por Lächler (1989), em grande parte, como um forte consenso entre *policy-makers* de promover a proliferação de acordos de integração econômica, além de também ser visto como um caminho para muitas nações buscarem um rápido crescimento industrial e uma maior independência econômica.

Além de servir como uma forma de expansão dos mercados domésticos, através do acesso a mercados maiores, assim obtendo ganhos de escala, acordos de integração econômica podem ser vistos também como uma forma de buscar mudanças na estrutura econômica de nações, através do desenvolvimento industrial e sua conseqüente diversificação produtiva. Deste modo, os processos de integração econômica podem ser considerados como importantes estratégias para

enfrentar ambientes muitas vezes caracterizados por altos níveis de instabilidade de um mundo em globalização (UNCTAD, 2007).

Nas seções seguintes deste capítulo estão aprofundados os principais aspectos teóricos relacionados aos processos de integração econômica, principalmente no que se refere aos processos de integração financeira e monetária. São apresentados os principais referenciais de análise, assim como as principais visões a cerca dos processos de integração.

## 2.1. PROCESSO DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

Segundo Balassa (1961), o fenômeno de integração econômica consiste em um processo e uma situação. No primeiro caso, visto como processo no que se refere a integração como a implantação de uma série de medidas responsáveis, principalmente, pela extinção de mecanismos de discriminação comercial entre diversos países. Quando visto sobre o prisma de situação, este consiste no estado de ausência dessas formas de discriminação entre os países, ou seja, quando o processo em si já se encontraria concluído.

Segundo Balassa (1961), diversos elementos estimuladores a acordos de integração podem ser observados, desde motivos de ordem econômica como vantagens comerciais e como forma de suavização dos efeitos de flutuações cíclicas sobre as economias locais, passando por motivos de caráter ideológico como a questão da intervenção estatal na economia, chegando a questões políticas como o fortalecimento do poder geopolítico de grupos de países.

Sob o aspecto econômico, os processos de integração servem como um caminho para buscar crescimento econômico continuado e melhorias nos padrões de vida populacionais através do aumento do comércio, do desenvolvimento tecnológico e da atração de fluxos de capitais. A medida que novos acordos se proliferam, o “medo da marginalização”, através da perda de competitividade frente a países em estágios de desenvolvimento semelhantes e também em relação a vizinhos, também serve como um importante incentivador para movimentação de governos em direção a acordos de integração (Shadlen, 2007 *apud* UNCTAD, 2007).

Outra importante contribuição de Balassa (1961) e também complementada por Baumann, Canuto e Gonçalves (2004) para o estudo da integração de econômica é a classificação dos estágios deste fenômeno. Os autores apresentam



os diferentes estágios do processo classificados em etapas, graduadas pelos níveis de intensidade da integração, conforme exposto a seguir:

- i. Áreas de preferências comerciais: estágio previsto em Baumann, Canuto e Gonçalves (2004), onde haveria uma redução ou isenção de impostos de importação apenas para um grupo reduzido de produtos entre os países envolvidos no acordo. Nesse estágio não haveria qualquer interferência nas políticas comerciais das nações envolvidas com outras nações não abrangidas pelo acordo. Os acordos firmados nesse estágio são também conhecidos como acordos de “Primeira Geração”;
- ii. Zona de livre comércio: forma mais simples de integração econômica previsto por Bassala (1961). Caracterizada pela eliminação de restrições ao comércio entre os participantes, como a eliminação de barreiras tarifárias e não-tarifárias e outras imposições legais, visando facilitar a circulação de bens entre os países participantes. Nesse estágio, ainda busca-se a uniformização de normas de qualidade e padronização de produtos. Também nesse estágio, a autonomia dos participantes ainda é mantida para a maioria dos aspectos econômicos. Segundo Baumann, Canuto e Gonçalves (2004), já nesse estágio iniciam-se os esforços para alinhamento de taxas de câmbio entre os países envolvidos;
- iii. União aduaneira: aprofundando-se na integração entre os participantes, além da eliminação de barreiras, nesse estágio prevê-se a adoção de tarifas externas comuns para aplicação a países não-participantes do bloco. Dessa forma, nessa etapa a autonomia comercial dos países participantes já se encontra suprimida;
- iv. Mercado comum: nessa etapa ocorre a eliminação de restrições para a circulação de fatores de produção, através da uniformização das legislações trabalhistas, previdenciárias, regulatórias de circulação capitais, entre outras legislações pertinentes ao mercado de fatores. Também nesse estágio, avança-se na criação de organismos supranacionais para coordenação da dinâmica de integração características desse estágio e também responsáveis

por garantir um desenvolvimento mais harmônico entre os diversos integrantes do processo;

- v. União econômica: aprofundando-se na integração econômica, nesse estágio busca-se a harmonização das legislações individuais dos participantes no que abrange o sistema econômico, de forma que as assimetrias existentes entre os diversos participantes sejam eliminadas e assim possibilite a formação de um único mercado. Para esse estágio são previstas a formação instituições supranacionais para controlar as políticas econômicas, financeiras e monetárias dos participantes. Dessa forma, também nesta etapa encontrar-se-ia prevista a formação de uma integração monetária entre os participantes, podendo ser realizada através da criação de uma moeda única ou mesmo adoção da moeda de um dos integrantes da união pelos seus demais participantes;
- vi. Integração econômica total: por fim, o último estágio apresentado pelo autor, consiste em uma completa integração entre as políticas fiscal e social dos participantes, além das demais políticas econômicas já integradas nos estágios anteriores, assim como pressupõe a existência de uma autoridade supranacional responsável por controlar todos estes aspectos. Este consiste no estágio de integração mais aprofundado existente, quando não apenas no aspecto econômico se tem um objetivo comum, mas também do ponto de vista social busca-se o desenvolvimento conjunto dos membros deste processo de integração.

Outra importante contribuição no que se trata de processos de integração foi dada por Lächler (1989) que traz três diferentes abordagens para a avaliação e explicação do fenômeno de integração econômica regional, denominados como a “abordagem liberal”, a “abordagem do *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT)” e a “abordagem orientada para dentro”. Segundo a “abordagem liberal”, originalmente apresentada em Viner (1950), a avaliação de um processo de integração deve-se levar em conta dois efeitos, a “criação de comércio” e o “desvio de comércio”, sobre o bem-estar social. O primeiro efeito, a “criação de comércio”, consiste em um aumento do consumo induzido pela integração, ou seja, os menores

custos de produção dos parceiros no processo de integração induziriam a um aumento de consumo de seus próprios produtos entre os países participantes do processo de integração, desse modo, este efeito teria um caráter intrinsecamente positivo no que se refere ao aumento da atividade econômica destes países. O outro efeito apresentado pelo autor consiste em um efeito de caráter negativo, o “desvio de comércio”, caracterizado pela substituição das importações de produtos de países não participantes do grupo integrado, com menores custos produtivos e conseqüentemente mais baratos, por produtos de países integrantes do grupo, produtos mais caros, assim comprometendo os níveis de bem-estar dos países que integram o grupo. Desta maneira, o processo de integração seria responsável apenas por salientar e perpetuar essa situação de falta de competitividade entre os participantes. Para Viner (1950), nas situações onde o primeiro efeito apresenta dominância sobre o segundo haveria um ganho líquido de bem-estar para os participantes do processo de integração e assim seria justificado tal processo. Neste caso, a formação de um processo de integração seria um passo na direção aos ideais de um comércio mais livre, pilar fundamental da visão liberal que dá nome a esta abordagem. Segundo a visão do autor, a única situação onde o “desvio de comércio” não provocaria efeitos negativos sobre o bem-estar seria aquela onde o bloco de integração fosse tão grande quando comparado à economia mundial que seria capaz de influenciar os termos de troca externos, melhorando-os de forma benéfica a união.

Ainda, segundo a “abordagem liberal” apresentada por Lächler (1989), existem aspectos políticos e estruturais em geral que favorecem a “criação de comércio” em relação ao “desvio de comércio”. Entre eles são apontados: o elevado nível de barreiras existentes anteriores aos acordos de integração entre os participantes; o baixo o nível de barreiras comerciais para não-integrantes dos acordos após a firmação do mesmo; o elevado nível de barreiras comerciais em países não-integrantes do acordo; baixos custos de transporte e barreiras não-legais entre os potenciais participantes em relação a barreiras comerciais destes com outros não-participantes; e, por fim, quanto maior o grau de rivalidade e o grau potencial de complementaridade entre as indústrias dos países participantes. Dessa forma, o autor ainda aponta como uma estratégia mais eficaz na formação de blocos de países economicamente integrados a associação entre países em

desenvolvimento e desenvolvidos, como exemplificado pelos casos das associações entre Turquia e União Europeia e também entre Israel e Estados Unidos.

A “abordagem do GATT” baseia-se em um sistema comercial não-discriminatório também de orientação liberal, a formação de áreas comerciais é uma vista como uma forma de violação do seu princípio da “Nação mais Favorecida” (NMF). No entanto, mesmo assim o GATT previa a formação de áreas livre comércio e uniões aduaneiras pelos seus signatários, desde que respeitadas algumas condições como: a obrigação de que as barreiras comerciais para aqueles países não integrantes de acordos não pudessem ser maiores depois da implementação dos acordos de integração; a obrigação de que as barreiras comerciais devessem ser eliminadas entre todos os participantes do acordo; e que disposições provisórias devessem ser adotadas para que os acordos fossem efetivados em um período razoável, para dessa forma também garantir o cumprimento efetivo das duas disposições anteriores.

Por fim, Rivera e Romer (1990) trazem uma relação entre integração econômica e taxas de crescimento. Segundo os autores, através de avaliações que abrangessem o contexto de um modelo de crescimento endógeno seria possível demonstrar que processos de integração econômica trariam contribuições muito mais importantes do que aquelas reconhecidas pelas avaliações tradicionais. No caso, os autores apresentam um modelo onde não apenas consideram um aumento significativo nos fluxos de comércio, mas também um aumento significativo nos fluxos de ideias, responsáveis por importante papel nos processos de Pesquisa & Desenvolvimento.

## 2.2. INTEGRAÇÃO MONETÁRIA E FINANCEIRA

Após a extinção dos grandes sistemas de coordenação monetária e financeira em nível mundial, o Padrão Ouro no início da década de 1930, e o *Bretton Woods* no início dos anos 1970, a coordenação multilateral nas áreas monetária e financeira perdeu seu papel protagonista no debate econômico. Retornando ao debate apenas na década de 1990, após a massiva abertura das contas de capitais de países em desenvolvimento e as conseqüentes crises causadas pelos fluxos de capitais especulativos não regulados, principalmente em países da América Latina e Ásia.

Diante de tal quadro, as opções para países pequenos e/ou em desenvolvimento tornaram-se ainda mais restritas. Por um lado, haveria como alternativa a associação a grandes países através de mecanismos monetários como a “dolarização”, o atrelamento entre moedas, dentre outros mecanismos; enquanto, por outro lado, haveria a possibilidade da associação regional buscando a proteção contra a ação nociva dos fluxos financeiros especulativos sobre as suas economias e também unindo esforços para enfrentar outros problemas crônicos comuns a estes países. Esta segunda alternativa ainda permitiria o aprofundamento da integração comercial, dada a necessidade de estabilidade no ambiente monetário e financeiro para este avanço, através da formação de instrumentos responsáveis por reforçar processos de cooperação e integração comercial, monetária e financeira (UNCTAD, 2007).

Um importante aspecto teórico a ressaltar é a diferenciação entre os processos de cooperação e integração, conceitos não necessariamente inter-relacionados. O conceito de cooperação refere-se a um agrupamento de países que estabelecem mecanismos políticos, visando objetivos comuns e que seriam improváveis de serem atingidos através da atuação individual destes países. Um processo de cooperação não implicaria necessariamente em um processo de integração, apesar de muitas vezes ser visto como um processo dinâmico que traz benefícios para o desenvolvimento deste segundo através do aprofundamento das relações entre os países. Enquanto isso, os processos de integração podem decorrer tanto da vontade política de países, assim como serem resultados de movimentos espontâneos nessa direção (BICHARA, CUNHA & LÉLIS, 2008).

Dessa forma, iniciativas de cooperação monetária e financeira regionais emergiram como uma forma de buscar estabilidade em um mundo em processo de globalização, caracterizado por crescentes fluxos financeiros especulativos e altamente voláteis. Assim, as iniciativas de cooperação surgem com um importante papel no debate dos processos de integração monetária e financeira.

### 2.2.1. MECANISMOS DE COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO MONETÁRIA E FINANCEIRA

Centrando-se na análise dos processos de integração econômica, principalmente no que se refere à integração monetária e financeira, tem-se a

contribuição de Corden (1972). Segundo este, a integração monetária é formada basicamente por dois componentes, a união de taxas de câmbio e a integração do mercado de capitais. No entanto, outros mecanismos de cooperação e integração monetária e financeira podem ser encontrados na literatura (UNCTAD, 2007; OCAMPO, 2006; BAUMANN & MUSSI, 2011; MA & REMOLA, 2005), a seguir encontram-se sintetizados alguns dos mais recorrentes mecanismos encontrados:

- i. Mecanismos regionais de pagamentos e financiamento de curto prazo: são instrumentos utilizados entre bancos centrais para facilitar pagamentos de transações envolvendo comércio de bens, serviços e até mesmo a compensação de fluxos financeiros entre os países participantes de acordos do gênero. Normalmente ligado à integração comercial, através deste mecanismo os bancos centrais, que integram acordos que preveem este tipo mecanismos, realizam entre si compensações de transações de balanço de pagamentos realizadas em determinados períodos de tempo em uma data pré-estabelecida. Esse mecanismo traz importantes benefícios como a menor necessidade de liquidez internacional para realização de transações comerciais entre os países participantes destes acordos, assim como serve como uma forma de financiamento de curto prazo ao permitir a manutenção das posições em aberto até a data pré-estabelecida para realização das compensações;
- ii. Bancos regionais de desenvolvimento: considerado um importante mecanismo de financiamento, principalmente devido aos tipos de projetos que se dedica a financiar. Surgindo a partir do final de década de 1950. Estas instituições dedicam-se majoritariamente ao financiamento de projetos de infraestrutura como energia, transportes, comunicações, entre outros tipos financiamentos relacionados a provisões de bens e serviços regionais. Entre os principais benefícios trazidos por essas instituições estão aqueles ligados à autonomia na concessão de crédito, devido ao fato de que a estrutura credora destas instituições é composta muitas vezes por países em desenvolvimento, e também pela habilidade destas instituições para atender as necessidades particulares dos países tomadores de empréstimos. No entanto, em alguns casos, quando o

controle permanece nas mãos de países desenvolvidos, tais instituições são vistas com certa desconfiança, principalmente devido a perpetuação de condições já existentes perante outras instituições de âmbito não regional. Outro importante benefício decorrente do surgimento de bancos regionais de desenvolvimento é a utilização de moedas locais pelos tomadores, garantindo maior estabilidade e menor exposição ao riscos cambiais;

- iii. Mercados regionais de títulos (*Bonds*): tal fenômeno em ascensão entre países em desenvolvimento serve como um importante instrumento para geração de liquidez aos países participantes, ao mesmo tempo em que evita a exposição cambial, assim mitigando a vulnerabilidade de suas economias a ataques especulativos e instabilidades de origem externa. Além disso, este tipo de iniciativa visa facilitar o acesso aos emissores e assim permitir uma melhor estruturação dos mercados locais de títulos;
- iv. Acordos regionais de *Swap*: acordos regionais que visam garantir liquidez entre os participantes em situações de estresse cambial, geralmente estes mecanismos tem por objetivo atender necessidades de curto prazo, ou seja, servindo com uma forma complementar a atuação de instituições maiores como o Fundo Monetário Internacional (FMI). Possui como principal vantagem garantir maior autonomia na gestão de desequilíbrios temporários, assim não obrigando os países participantes a recorrer diretamente a instituições maiores. Em estágios mais avançados, estes acordos podem abranger em seu escopo o compartilhamento de reservas entre os seus participantes;
- v. Instituições regionais de supervisão e coordenação macroeconômicas: a formação de instituições regionais para a monitoração e aprovação de resgates emergenciais através de instrumentos como *Swaps* cambiais e até mesmo para o compartilhamento de reservas. Assim como, o surgimento de instituições dedicadas a coordenação de políticas cambiais e monetárias entre países, responsáveis, por exemplo, por articular políticas cambiais conjuntas visando eliminar desajustes que possam

trazer prejuízos aos fluxos de comércio locais ou mesmo instituições responsáveis por aprofundar outros mecanismos de cooperação e integração regional;

- vi. Uniões monetárias: No caso de uma unificação monetária, esta consiste na abdicação das moedas locais pelos seus participantes em prol da formação de uma autoridade supranacional responsável pela condução da política monetária dos países participantes. Dessa forma, uma das mais importantes implicações desse processo seria a perda de autonomia destes países sobre suas políticas monetárias e cambiais individuais, restando a estes apenas suas políticas fiscais como principal instrumento de condução econômica. Segundo a experiência histórica e teoria econômica, a integração monetária é condicionada a diversos fatores de caráter tanto econômico quanto político, como os vínculos comerciais e financeiros, a mobilidade de fatores de produção, a convergência entre os ciclos econômicos, a base institucional que constitui o ambiente de negócios formado pelo grupo (responsável por abarcar questões de política fiscal, monetária, assim como legislações que tratam de diversos assuntos) e a existência de forças líderes comprometidas no processo de integração (BICHARA, CUNHA & LÉLIS, 2008).

Dessa forma, nota-se que o desenvolvimento de processos de cooperação e de integração não decorre exclusivamente de aspectos econômicos, mas também dependem da existência de estruturas políticas que sustentam sua formação. Aspectos que não podem ser negligenciados na avaliação de tais processos.

### 2.2.2. TEORIA DAS ÁREAS MONETÁRIAS ÓTIMAS

No que se trata ao processo de unificação monetária, tem-se a Teoria das Áreas Monetárias Ótimas (TAMO) como um importante referencial teórico para a avaliação da eficiência da criação de uma moeda única para um grupo de países. Segundo a TAMO, a existência uma área monetária ótima pressupõe a manutenção de taxas de câmbio fixas sem causar desemprego e outros desequilíbrios externos. Desta forma, prevê a utilização de outros mecanismos que não a própria taxa de câmbio para atuar sobre possíveis desajustes.



Na formulação original apresentada em Mundell (1961), o mecanismo de ajuste em questão seria a mobilidade dos fatores de produção, representada principalmente pela mobilidade do fator trabalho e pela flexibilidade de preços e salários. Utilizando um exemplo onde haveria duas regiões, A e B, onde cada uma delas seriam produtoras especializadas de produtos diferentes. Em uma situação de um deslocamento da demanda do produto produzido em B para aquele produzido em A, haveria a geração de um processo inflacionário em A e um aumento no desemprego em B. Na hipótese de salários nominais rígidos, a taxa de câmbio seria o instrumento utilizado para ajustar este desequilíbrio através da alteração dos níveis de salários reais e a restauração dos níveis de equilíbrio dos preços, do desemprego e dos balanços de pagamentos. No entanto, os ajustes da taxa de desemprego e do processo inflacionário através da taxa de câmbio só seriam eficazes no caso das zonas possuírem moedas diferentes, assim possibilitando a realização de uma desvalorização da moeda em B para ajustar o nível de desemprego e uma valorização da moeda em A para manter sob controle o nível de preços.

No entanto, no caso de as moedas não coincidirem geograficamente com as regiões de A e B, a taxa de câmbio não possuiria nenhuma eficácia no ajuste do desemprego e da inflação. Neste caso, segundo Mundell (1961), a única forma de ajuste existente seria através da mobilidade do fator trabalho entre as duas regiões. Sendo esta uma das principais características necessárias para formação de uma Área Monetária Ótima (AMO), segundo o autor. Outro ponto trabalhado pelo autor foi a qualidade da moeda, considerada de grande importância para a formação de uma AMO, esta seria determinada basicamente pelos custos de conversão e informação, além do tamanho da área de abrangência da moeda.

Posteriormente trabalhos de autores como McKinnon (1963) e Kenen (1969), responsáveis pela introdução de novas variáveis de ajuste ao referencial teórico da TAMO, tiveram importante papel trazendo novas contribuições ao trabalho de Mundell. No caso de McKinnon (1963), em seu trabalho é explicado que o grau de abertura da economia dos participantes da união monetária serve como uma importante variável de ajuste, dada a influência dos preços externos sobre os preços internos. Nesse caso, a taxa de câmbio já não apresentaria grande relevância como variável de ajuste, sendo necessária a utilização de outros instrumentos como a própria política fiscal.

Kennen (1969) traz a diversificação da produção como variável de ajuste. Segundo o autor, uma pauta de exportações diversificada seria responsável por uma maior estabilidade econômica, mitigando a exposição a choques negativos de demanda e logo evitando a “utilização” do desemprego e a redução de salários como variáveis de ajustes. Outra importante contribuição do autor refere-se a integração das políticas fiscais como forma de atuação conjunta dos participantes de uma união monetária em relação a possíveis ajustes necessários.

Ainda, diversos outros autores trouxeram novas contribuições para a TAMO. Como é o caso de Ingram (1959, 1969 e 1973, *apud* Jesus, 2005), responsável por trazer a integração financeira com critério para estabelecimento de Áreas Monetárias Ótimas, isso se daria através da eliminação de barreiras a circulação de capitais e, conseqüente, eliminação entre os diferenciais de taxas de juros, possibilitando assim menores encargos para financiamento de déficits em um contexto de taxas de câmbio fixas. Outra contribuição posterior encontrada nos trabalhos de [Haberler (1970), Tower e Willet (1970), Fleming (1971), Corden (1972), Giersch (1973) e Magnifico (1974) *apud* Jesus (2005)], refere-se aos diferenciais de taxas de inflação, quanto menores estas diferenças, maiores seriam as condições para formação de uma Área Monetária Ótima. Ainda, [Cooper (1977), Hamada (1985), Kindleberger (1986), Bourguinat (1992), *apud* Jesus (2005)], trazem o “critério das preferências homogêneas” como pressuposto para formação de uma Área Monetária Ótima, o qual diz que países que mantivessem relações comerciais intensas entre si e demonstrassem preferências homogêneas em relação aos seus bens transacionados e coletivos estariam aptos para formação de uma AMO.

Conforme sistematizado em Frankel e Rose (1996), quatro critérios, conforme segue, segundo a literatura da área são amplamente utilizados para a análise da formação de uma união monetária entre os seus potenciais participantes: (i) a extensão do comércio observada; (ii) a similaridade entre os seus choques e os seus ciclos; (iii) o grau de mobilidade do fator de produção trabalho; e (iv) o sistema de transferências fiscais envolvidos, quando existente. Assim quanto maior a convergência entre os potenciais participantes da união monetária segundo estes critérios, mais apropriada seria a implantação de uma moeda única segundo grande parte da literatura.

No entanto, neste mesmo trabalho, Frankel e Rose (1996), uma investigação mais aprofundada em relação aos dois primeiros itens, a extensão do comércio e a

similaridade entre os choques e os ciclos dos potenciais participantes, é realizada pelos autores. A partir dela, os autores apontam a situação que esses critérios podem ser considerados “conjuntamente endógenos”, ou seja, que análises baseadas em um comportamento histórico podem não ser eficientes dadas as mutações observadas no comportamento dessas variáveis a medida que o potencial participante passa a fazer parte de uma união monetária.

Alesina, Barro e Tenreyro (2002) traz outra importante análise a respeito do comportamento do comércio e dos movimentos simultâneos dos níveis de preços. Segundo os autores, essas duas variáveis tendem ao crescimento entre os participantes de uniões monetárias depois da implantação destas, de forma muitas vezes subestimada pelas análises tradicionais quando apenas levados em consideração os padrões de comércio observados anteriormente ao processo de integração monetária. Dessa forma, exigindo uma análise mais detalhada dos efeitos dessas uniões.

Ainda em relação aos dois primeiros critérios, Rose e Engel (2000) apontam que países membros de uniões monetárias tendem a experimentar maiores fluxos de comércio e também ciclos econômicos mais sincronizados entre os países participantes do que entre aqueles países não-integrantes de uniões monetárias, bem como apresentam maior suscetibilidade a adotar uma moeda única. No entanto, os autores questionam a direção dessa relação de causalidade, apontando que a integração poderia ser o ponto de partida dessa relação ao invés do inverso. Além disso, os autores apontam que apesar da maior integração econômica entre países membros de uniões monetárias do que entre aqueles não-integrantes, o nível de integração dos primeiros fica ainda aquém daquele observado entre regiões de um mesmo país e que compartilham uma mesma moeda.

Outras importantes observações trazidas em Alesina e Barro (2000) e Tenreyro (2000) referem-se a características comuns a processos de integração. Entre as características elencadas estão questões geográficas como proximidade e semelhanças quanto ao tamanho desses países, semelhanças culturais como proximidade ou mesmo compartilhamento de idiomas e semelhanças no se referem as suas origens coloniais e ainda, no aspecto econômico, reforçando aquilo já apresentado por diversos autores, a questão da similaridade dos seus ciclos econômicos.

No que se trata da qualificação das vantagens e custos relacionados a um processo de unificação monetária, mesmo trabalhos seminais como Mundell (1961) já buscavam avaliar tais pontos e relacionar os prós e contras desse processo. Assim como, posteriormente diversos outros autores trouxeram novas contribuições nestas avaliações. São exemplos de vantagens ou incentivos a participar de uma união monetária apontados pela literatura: (i) redução dos custos de transação; (ii) redução da incerteza cambial; (iii) aumento do poder político, estratégico e econômico da região integrante da união monetária; (iv) intensificação da integração regional; (v) distribuição dos choques entre os participantes da união monetária; (vi) política monetária da união como elemento disciplinador das políticas fiscal e monetária dos participantes; (vii) como consequência ao ponto anterior, atenuação do poder discricionário das autoridades monetárias e fiscais; (viii) manutenção da paridade do poder de compra entre os participantes da união monetária; e (ix) tendência da inflação da união monetária a ser mais baixa do que aquela observada nos países participantes antes da união.

Contraopondo-se, as principais situações que trazem desincentivos a participação de um país em uma união monetária apontados pela literatura são: (i) caso este tenha uma preferência a um nível de inflação diferente daquele previsto ou predileto pelo grupo de países que compõem a união; (ii) caso este prefira manter a taxa de câmbio como instrumento de ajuste de desequilíbrios sobre o desemprego, sobre as taxas de inflação e sobre o balanço de pagamentos; e (iii) caso este precise utilizar-se de expansões monetárias ou mesmo imposto inflacionário para financiar sua política fiscal.

Apesar da impressão inicial de que os incentivos a participação em uma união monetária sobressaem-se aos desincentivos, alguns autores levantam algumas considerações a respeito de alguns dos benefícios trazidos pela união monetária. Como apontado por Jesus (2005), em relação da redução da incerteza cambial como um incentivo, diversos autores consideram que tal situação pode acarretar em uma atividade econômica menor, decorrente da redução da redução das taxas de juros reais e dos prêmios de risco que afetam os investimentos devido a diminuição das perspectivas de eventuais lucros.

### 2.3. INTERPRETAÇÕES ALTERNATIVAS AOS PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

Enquanto a teoria econômica tradicional busca ressaltar os benefícios dos processos de integração econômica, abordagens de cunho heterodoxo mostram-se bastante céticas em relação aos resultados positivos destes processos, principalmente quando se trata de estágios mais avançados de integração.

A perda de autonomia decorrente de processos de integração é um ponto central do ceticismo heterodoxo, pois a partir dela, o Estado se encontraria em uma posição em que seu papel de regulador estaria severamente comprometido. Desta maneira, perderia a capacidade de conduzir o processo de integração a fim de garantir maior flexibilidade aos países envolvidos, de forma a manter protegidas suas especificidades e suas políticas individuais. A perda de autonomia também seria um determinante para as relações de poder no contexto social interno dos países participantes de acordos de integração, a perda de poder pelo Estado comprometeria o poder de barganha das classes trabalhadoras e classes mais pobres e assim seria responsável por comprometer os compromissos sociais conquistados, situação agravada pela “distância do poder de pressão”, ou seja, pela distância em relação ao líder do processo de integração, e também pela concorrência entre países, sendo esta por sua vez determinada pelos próprios níveis de integração (AMADO & MOLLO, 2004; DE BRUNHOFF, 1997, 1999 *apud* AMADO & MOLLO, 2004).

A concorrência decorrente dos processos de integração também é apontada como causa para a redução de salários, comprometimento de conquistas previdenciárias e trabalhistas a partir do inerente movimento de uniformização das legislações pertinentes, característico dos processos de integração. Devido à concorrência entre os países participantes do processo, esse movimento de uniformização tenderia a ocorrer “por baixo”. Além disso, segundo a visão heterodoxa, o incentivo ao desenvolvimento de processos de integração pela teoria tradicional surgiria como uma forma de perpetuar a defesa da priorização da liberalização de mercados e da estabilidade do nível geral de preços no debate econômico (AMADO & MOLLO, 2004).

A abordagem marxista que vê a moeda como resultado de uma estrutura produtiva e seus consequentes efeitos permanentes sobre a economia, rejeita o argumento da neutralidade da moeda. Segundo esta visão, os processos de integração implicariam em ajustes com altos custos sociais, como, por exemplo, redução de salários, precarização das relações de trabalho, entre outros tipos de

ajustes (AMADO & MOLLO, 2004). Já a abordagem pós-keynesiana, os problemas decorrentes dos processos de integração, principalmente daqueles estágios mais avançados como as uniões monetárias, decorreriam das diferentes preferências por liquidez entre os participantes, preferências estas que seriam determinadas pelos níveis de desenvolvimento (DOW, 1982, 1987 e 1990; CHICK & DOW, 1988, 1996 *apud* AMADO & MOLLO, 2004)

Outros aspectos críticos levantados na literatura referem-se aos processos de integração envolvendo exclusivamente grupos de países em desenvolvimento, principalmente naquilo que tange a capacidade de atuação destes para atender as demandas surgidas durante este processo. Tal incapacidade pode manifestar-se principalmente na oferta de serviços financeiros e exigiria neste grupo a presença de economias industrializadas ou emergentes com capacidade de prestar auxílio aos demais países. A formação de instituições regionais sólidas e a distribuição equitativa dos ganhos trazidos pelos processos de integração também são vistos como pontos delicados destes processos. No primeiro caso, a convergência em prol de instituições regionais seria determinada, principalmente, por fatores políticos e afinidades históricas e culturais, além de ser resultado de um compromisso claro entre os países envolvidos que possui importantes implicações sobre o desenvolvimento do próprio processo de integração. Em relação ao segundo aspecto, os acordos de integração normalmente trazem consigo elementos que visam garantir uma distribuição dos ganhos equitativa entre os participantes, como é o caso de cláusulas que envolvem o tratamento preferencial a países menos desenvolvidos, no entanto, é necessário garantir a real efetividade de tais elementos (OCAMPO, 2006; CULPEPER, 2006).

Por fim, a “abordagem voltada para dentro” apresentada por Lächler (1989) questiona os ideais de livre comércio presentes nas suas duas abordagens anteriores, que, segundo esta, apenas serviriam para perpetuar padrões de especialização pré-existentes. Dessa forma, esta abordagem traz a integração econômica como uma forma de busca de um rápido processo de industrialização. Esta abordagem encontra-se profundamente relacionada com a implementação de uma estratégia seletiva de substituição de importações, esperando que esse processo levasse a um avanço no seu processo de industrialização e uma conseqüente maior estabilidade econômica.

## 2.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos de integração econômica são vistos como um caminho para crescimento industrial e desenvolvimento econômico através da intensificação das relações comerciais decorrentes da facilitação das trocas entre economias. Estes acordos surgem principalmente a partir de meados do século passado, intensificando-se durante a década do 1990. Além de motivos de ordem econômica, como vantagens comerciais e como forma de suavização dos efeitos flutuações cíclicas sobre as economias locais, os acordos de integração econômica também podem decorrer de motivos de caráter ideológico como a questão da intervenção estatal na economia, chegando a questões políticas como o fortalecimento do poder geopolítico de grupos de países.

No que se refere aos processos de integração e cooperação monetária e financeira, diversos mecanismos podem ser observados, desde acordos de pagamentos e compensações até uniões monetárias. Além disso, esses processos acabam por abarcar uma grande diversidade de aspectos na sua formação, não se limitando apenas a fatores econômicos, mas também de ordem política. Segundo a visão tradicional, os acordos de integração monetária podem trazer consigo diversos benefícios, entre eles a redução de custos de transação e da incerteza, aumento do poder político e estratégico através do agrupamento de interesses decorrentes da integração de diferentes países, maior credibilidade a autoridade monetária e suas políticas, entre outros benefícios. Por um outro lado, visões alternativas são um tanto quanto céticas em relação aos reais benefícios de tais processos, a perda de autonomia, o relacionamento desigual entre economias em diferentes estágios de desenvolvimento que acabariam provocando assimetrias e mesmo perpetuando condições pré-existentes são alguns dos elementos levantados por estas correntes.

Para realização de análises quanto a eficiência na formação de uma união monetária para um agrupamento de países tem-se o referencial teórico trazido pela Teoria da Áreas Monetárias Ótimas (TAMO). Segundo esta, a existência uma área monetária ótima pressupõe a manutenção de taxas de câmbio fixas sem causar desemprego e outros desequilíbrios. Surgindo assim outros mecanismos, como a mobilidade de fatores de produção e o comércio internacional, para compensação de possíveis desajustes.

Dessa forma, através desse capítulo foram apresentados os principais referenciais teóricos para análise subsequente do processo de integração da Associação das Nações do Sudeste Asiático (na sigla em inglês, ASEAN). No próximo capítulo será apresentado um breve panorama do processo de integração do grupo, assim como serão apresentados os principais mecanismos existentes decorrentes do processo de integração e cooperação monetária e financeira do grupo.



### **3. ASSOCIAÇÃO DAS NAÇÕES DO SUDESTE ASIÁTICO (ASEAN)**

O marco de fundação da Associação das Nações de Sudeste Asiático (ASEAN) ocorreu em agosto de 1967 a partir da assinatura da “Declaração de Bangkok”, quando cinco nações localizadas na região – Indonésia, Malásia, Cingapura, Filipinas e Tailândia – uniram esforços na busca de objetivos comuns, como o desenvolvimento econômico da região e a consequente melhoria nas condições de vida de suas populações, além de unir esforços para formação de uma região mais segura e politicamente estável. Posteriormente, cinco outras nações juntaram-se ao grupo: Brunei em 1984; Vietnã em 1995; Laos e Mianmar em 1997; e Camboja em 1999. Em sua história a ASEAN introduziu e desenvolveu diversos mecanismos de integração e cooperação econômica, desde acordos comerciais, prevendo a livre circulação de bens e serviços, até movimentos na direção uma maior coordenação nas áreas monetária e financeira.

Ao longo dessa trajetória, esse grupo de países foi ganhando relevância no cenário mundial, alguns deles se destacando devido às suas altas taxas de crescimento e rápidas e significativas mudanças em suas estruturas econômicas nas últimas décadas. Essa série de fatores acabou propiciando um elevado nível de dinamismo a região, características que levaram a região a ser considerada o “motor do crescimento” mundial (CAPANNELLI, 2014)

O aprofundamento da integração e cooperação econômica da região, frente ao forte avanço do processo de globalização nos mercados globais, foi responsável pelo surgimento de diversas iniciativas e instituições nos últimos anos incumbidas de buscar maior estabilidade, a fim de garantir uma rota de desenvolvimento sustentável para a região, tanto no âmbito da ASEAN e agrupamentos derivados dela, como o caso da ASEAN+3 (grupo formado pelos dez países membros da ASEAN, Japão, China e Coreia do Sul).

Nas próximas seções deste capítulo discorre-se sobre o processo de integração no âmbito da ASEAN e sobre os movimentos de cooperação extrabloco. Assim como também são introduzidas as principais iniciativas de integração monetária e financeira observadas na região.

#### **3.1. CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA ASEAN**

A ASEAN tem como marco constitutivo a assinatura da “Declaração de Bangkok” em 1967, nesta oportunidade Indonésia, Malásia, Cingapura, Filipinas e Tailândia integraram o grupo de países fundadores da Associação. No entanto, suas origens remontam ao início da década de 1960, mais especificamente à fundação de outra associação de países, a *Association of Southeast Asia (ASA)*, composta por Filipinas, Malásia e Tailândia. Naquele momento, estas três nações buscavam na associação um maior fortalecimento político, para a busca de objetivos comuns como o desenvolvimento econômico e social. Entretanto, esta experiência durou pouco, conflitos de natureza territorial eclodiram entre os membros da ASA e o desenvolvimento do grupo entrou em uma fase de estagnação que levou ao seu posterior colapso. Uma nova tentativa de associação em meados dos anos 1960 ocorreu através de outro bloco, *Asia-Pacific Council (ASPAC)*, agrupando um número maior e mais diverso de países do continente asiático e Oceania. Porém, este novo grupo acabou tendo um destino semelhante, fracassando perante conflitos entre seus participantes.

Dessa forma, a constituição da ASEAN apenas foi possível após o início dos esforços de conciliação na região, quando da aproximação dos antigos membros da extinta ASA em conflito (Malásia e Filipinas) e da Indonésia, também envolvida no conflito, através da mediação tailandesa. Desse processo de conciliação surgiu a ASEAN, não só como uma forma de selar o fim do conflito, mas também como uma forma de trazer maior estabilidade a região em um período de elevado nível de incertezas como durante o período da Guerra Fria. Assim, percebe-se que motivações políticas surgem como o principal aspecto para a formação da Associação.

Os primeiros avanços efetivos no processo de integração econômica do grupo ocorreram quase que uma década depois do seu surgimento, através da proposição de um acordo de preferências comerciais (*ASEAN Preferential Trade Agreement - APTA*). Tal acordo surgiu a partir de um contexto em que políticas de substituição de importações não geravam resultados significativos entre os cinco integrantes originais da Associação (ASEAN-5) e de vagarosos progressos na redução da pobreza na região (ADBI, 2014). A partir de 1976, com o primeiro encontro de cúpula da ASEAN, a adoção do APTA e mudanças em termos de política econômica pavimentaram um caminho em direção a mudanças.

Hill e Menon (2010) dividem a evolução da ASEAN, desde o seu surgimento até a atualidade, em quatro fases. A primeira fase corresponderia ao período que abrange desde a fundação da Associação, em agosto de 1967, até o seu primeiro encontro de cúpula, em 1976. Essa fase seria marcada pelo contexto de Guerra Fria no âmbito mundial e também pela instabilidade na região trazida pelos conflitos no Vietnã, Laos e Camboja e a Revolução Cultural Chinesa em curso. Outro elemento também destacado pelos autores, contido nessa fase, foi a formação de comitês em diversas áreas temáticas, como agricultura, comércio e indústria, transportes, entre outros, para a discussão do processo de integração na esfera setorial. Estes movimentos seguiam recomendações do *Kansu Report*, estudo elaborado pelo *United Nations Development Programme* (UNDP), encomendado pela Associação. Esse relatório trazia diversas recomendações de medidas para adoção pelo grupo, como a liberalização do comércio de forma gradual e seletiva, a criação de acordos para formação de projetos industriais conjuntos e a adoção de medidas de cooperação financeira.

A segunda fase teria início a partir do encontro de cúpula da ASEAN de Bali (1976), quando proposto um acordo de preferências comerciais para o grupo (APTA) e o primeiro de uma série de acordos na área industrial, *ASEAN Industrial Project*, que foi seguido pelo *ASEAN Industrial Completion Scheme* (1981) e, posteriormente, pelo *ASEAN Joint-Venture Scheme* (1984). Essa fase, que se estende até o início da década de 1990, é marcada pelo ingresso de Brunei na Associação, assim como a abertura de diálogos da ASEAN com diversos países, blocos e também organismos internacionais. No entanto, as medidas adotadas nesta fase não apresentaram progressos significativos para o processo de integração econômica. Além disso, os anos iniciais da década de 1980 foi um período em que o colapso nos preços das *commodities* provocou severos efeitos sobre as economias de Malásia, Indonésia e Cingapura e, mais ao fim da década, as Filipinas passavam por um período de instabilidade interna. No entanto, considerando o panorama econômico geral da região na década de 1980, observou-se um importante movimento de aumento do Investimento Estrangeiro Direto (IED) na região e também um significativo aumento na criação de pequenas e médias empresas, associados a mudanças na estratégia de desenvolvimento da região e também decorrentes de mudanças na estrutura industrial do Sudeste Asiático como um todo

(não se limitando apenas a ASEAN, mas também considerando China, Coreia do Sul e Japão) (ADBI, 2014).

A terceira fase apontada por Hill e Menon (2010) inicia a partir da proposta de uma Zona de Livre Comércio da ASEAN (*ASEAN Free Trade Area – AFTA*), apontado como mais um importante movimento no processo de integração econômica do grupo. Novas medidas visando o aprofundamento do processo de integração da região emergiram durante essa fase, como *ASEAN Framework Agreement on Services (AFAS)* em 1995 e a *ASEAN Investment Area (AIA)* em 1998. Além disso, como resultado de planos internos de liberalização de suas próprias economias, nessa nova fase passaram a integrar o grupo: Vietnã em 1995; Laos e Mianmar em 1997; e Camboja em 1999. Este grupo de países ficou conhecido no contexto de integração da ASEAN como CMLV, sigla formada pelas iniciais de cada um deles, devido aos contrastes em termos estruturais observados em relação aos demais membros da Associação. No entanto, ainda assim semelhantes entre si. Ainda nesta terceira fase, a partir do encontro de cúpula de Kuala Lumpur, em 1997, teve início o programa conhecido como *ASEAN Vision 2020*, responsável por acelerar a implantação do acordo de AFTA, entre outras medidas que visavam à criação da *ASEAN Community* até 2020. Tal programa também foi auxiliado pelo *Hanoi Plan of Action (HPA)* e pelo *ASEAN Investment Agreement (AIA)*, lançados no ano seguinte. Essa fase ficou também marcada por um forte período de instabilidade, a Crise Financeira Asiática, inicialmente limitada à Tailândia e em seguida espalhando-se rapidamente pelos demais países membros da Associação, do continente asiático e pelos mercados globais, foi responsável por causar severos impactos principalmente sobre o ASEAN-6, grupo formado pelos seis primeiros integrantes do grupo, e também outros países do continente asiático.

Ao mesmo tempo em que esta crise expôs as fraquezas do grupo, principalmente no que se refere à capacidade de reação perante situações de emergência e a capacidade de evitar a propagação de efeitos indesejados dentro do grupo, servindo como uma importante lição para o aprofundamento do processo de integração e cooperação econômica. Neste contexto, surgiu o ASEAN+3, grupo formado pelos integrantes da Associação e, ainda, por Japão, Coreia do Sul e China, que se uniram em torno esforços de cooperação econômica na região. Inicialmente, os encontros do novo grupo foram responsáveis pela criação do *Economic Review and Policy Dialogue*, a partir do qual surgiram diversas iniciativas

de cooperação financeira e monetária nos anos seguintes, como a criação do *ASEAN+3 Chiang Mai Initiative* (CMI) e a *Asian Bonds Markets Initiative* (ABMI). Além disso, ainda a partir deste processo surgiram novas iniciativas e instituições, como o *ASEAN Finance Ministers Meeting* (AFMM) e a *ASEAN Surveillance Process unit*, assim como novas diretrizes para o aprofundamento do processo de integração e cooperação no grupo.

A última fase delimitada por Hill e Menon (2010) tem início a partir da recuperação dos países do Sudeste Asiático no pós-crise, ocorrida nos anos iniciais da década de 2000. Além das diversas iniciativas acima citadas, durante este último período observa-se a continuidade da aceleração do processo de integração e cooperação observado durante a década de 1990 e, principalmente, em seus últimos anos, como exemplificado pela *Initiative for ASEAN Integration* (IAI) lançada em 2002 e pela *Bali Concord II* em 2003, responsáveis por consolidar o programa *ASEAN Vision 2020* para a criação da *ASEAN Community 2020*. Outro importante marco do processo de integração foi a adoção do *ASEAN Charter* de 2007, medida que transformou a ASEAN em uma entidade legalmente reconhecida, implicando na formação de objetivos e princípios claros para a instituição, além de melhor definir o seu papel entre os participantes da Associação. Além disso, nesse mesmo ano, foi lançado o *ASEAN Community Blueprint*, responsável por acelerar as medidas de integração previstas anteriormente, adiantando a formação da *ASEAN Community* para o ano de 2015.

A ampliação do processo de integração comercial teve continuidade a partir de 2004, com o ingresso de China (2004), Coreia do Sul (2006), Japão (2008), Índia, Austrália e Nova Zelândia (2009) no acordo de livre comércio (FTA) da região, agrupamento que ficou conhecido como ASEAN+6.

Por fim, nos anos mais recentes, dois passos complementares no processo de integração foram realizados através do *ASEAN Trade in Goods Agreement* (ATIGA) em 2010 e do *ASEAN Comprehensive Investment Agreement* (ACIA) em 2012. Além de diversas medidas de cooperação, exploradas mais detalhadamente nas próximas seções.

### 3.2. ESTRUTURA INSTITUCIONAL DA ASSOCIAÇÃO

Nos anos que seguiram após a Declaração de Bangkok de 1967, responsável pela criação da ASEAN, a estrutura institucional da Associação permaneceu bastante descentralizada entre seus membros. Isto ocorreu como fruto da própria decisão dos seus líderes, responsáveis por deliberar sobre a estrutura da organização através da Declaração que a fundou. Segundo esta, deveriam ser criadas quatro diferentes estruturas para dar andamento aos trabalhos desenvolvidos pela Associação. A primeira seria o Encontro Anual dos Ministros das Relações Exteriores (*Annual Meeting of Foreign Ministers*), também chamado de Encontro Ministerial da ASEAN (*ASEAN Ministerial Meeting*), realizado de forma rotativa entre os países membros. Associados a estes encontros, também estariam previstos encontros especiais (*Special Meetings of Foreign Ministers*) que poderiam ser convocados sempre que necessário.

A segunda estrutura consistiria em um Comitê permanente (*Standing Committee*), presidido rotativamente pelo Ministro das Relações Exteriores do país responsável pela organização dos Encontros Anuais dos Ministros das Relações Exteriores. Este Comitê também seria responsável por dar prosseguimento nos trabalhos relacionados à Associação durante os períodos abrangidos entre os seus Encontros. Outra estrutura que também teve sua criação determinada pela Declaração de Bangkok foram os Comitês permanentes (*Permanent Committees*) e também os Comitês de objetivo específico (*Ad-Hoc Committees*), constituídos por especialistas em seus campos de atuação para tratar sobre assuntos específicos considerados essenciais ao processo de integração do grupo. Por fim, a quarta e última estrutura que teve sua criação prevista na Declaração de Bangkok, foram Secretariados Nacionais em cada uma dos países membros para que estes funcionassem como órgãos executores dos trabalhos relacionados a Associação e também como órgão auxiliar aos encontros e Comitês.

Assim como os primeiros movimentos mais efetivos em direção ao processo de integração econômica do grupo, os primeiros passos para uma maior centralização da estrutura do grupo ocorreram quase uma década depois da fundação da Associação. A criação da Cúpula da ASEAN e do Secretariado da ASEAN (*ASEAN Secretariat*) foi estabelecida em 1976 pelos seus Ministros das Relações Exteriores, dando a estas novas estruturas do grupo papéis mais centralizados, responsáveis pela implantação e acompanhamento de projetos e

atividades da ASEAN. Posteriormente, a estrutura organizacional consolidou-se na seguinte forma:

Tabela 1 – Estrutura Institucional da ASEAN

Cúpula da ASEAN (1976)		
Secretariado da ASEAN (1976)		
Secretaria Geral da ASEAN (1981)	Presidência da ASEAN	Comitê de Representantes Permanentes - CPR (2009)
Secretariados Nacionais da ASEAN (1976)		

Fonte: ADBI (2014). Adaptada pelo autor.

A Cúpula da ASEAN abrangeria os chefes de estado ou de governo, seria o órgão de decisão política mais elevado da associação. A seguir, compreendendo um Secretário Geral e quatro Secretários Gerais adjuntos, estaria o Secretariado da ASEAN, responsável pela execução de projetos e atividades, coordenação dos demais órgãos da associação e prestação de auxílio à organização dos encontros de Cúpula da Associação. Subordinadas ao Secretariado da ASEAN estão: a Secretaria Geral da ASEAN incumbida do monitoramento dos progressos das ações do grupo; a Presidência da ASEAN responsável por organizar os encontros de cúpula, assim como promover a agenda da ASEAN, representar o grupo perante parceiros externos e coordenar atividades em momentos de crise; e o Comitê de Representantes Permanentes, criado em 2009 como o principal objetivo de auxiliar na formação da *ASEAN Community*. Por fim, na estrutura institucional do grupo, ainda há os Secretariados Nacionais da ASEAN em cada um dos membros, responsáveis por atividades de coordenação e auxílio em nível local.

Com o passar dos anos, a estrutura institucional do grupo foi aprimorando-se, diversas novas iniciativas surgiram, principalmente no que se refere ao processo de integração econômica do grupo em torno de uma comunidade até o ano de 2015. Dessa forma, foram introduzidos três pilares para condução do processo de integração: o político-social, dando origem a Comunidade de Político-Segurança da ASEAN; o pilar econômico, representado a Comunidade Econômica da ASEAN; e o pilar Sociocultural, dando origem a Comunidade Sociocultural da ASEAN.

Associados a cada um desses pilares foram criados conselhos responsáveis por coordenar diversos fóruns e encontros, conforme representado na estrutura abaixo:

Tabela 2 – Estrutura da Comunidade ASEAN

Comunidade ASEAN		
Conselho Coordenador da ASEAN [ASEAN Coordinating Council] - ACC (2008)		
Comitê Coordenador de Conetividade da ASEAN [ASEAN Connectivity Coordinating Committee] - ACCC (2011)		
Comunidade de Político-Segurança da ASEAN [ASEAN Political-Security Community] (APSC)	Comunidade Econômica da ASEAN [ASEAN Economic Community] (AEC)	Comunidade Sociocultural da ASEAN [ASEAN Socio-Cultural Community] (ASCC)
Conselho da Comunidade de Político-Segurança da ASEAN [ASEAN Political-Security Community Council] (1999)	Conselho da Comunidade Econômica da ASEAN [ASEAN Economic Community Council] (2009)	Conselho da Comunidade Sociocultural da ASEAN [ASEAN Socio-cultural Community Council] (2003)
Reunião dos Ministros da Justiça da ASEAN [ASEAN Law Ministers Meeting] (ALawMM)	Ministros da Economia da ASEAN [ASEAN Economic Ministers] (AEM)	Reunião dos Ministros do Trabalho da ASEAN [ASEAN Labour Ministers Meeting] (ALMM)
Forum Regional da ASEAN [ASEAN Regional Forum] (ARF)	Reunião Ministerial da ASEAN sobre Agricultura e Silvicultura [ASEAN Ministerial Meeting on Agriculture and Forestry] (AMAF)	Reunião Ministerial da ASEAN sobre Bem-estar Social e Desenvolvimento [ASEAN Ministerial Meeting on Social Welfare and Development] (AMMSWD)
Reunião Ministerial da ASEAN sobre Crime Transnacional [ASEAN Ministerial Meeting on Transnational Crime] (AMMTC)	Reunião dos Ministros da ASEAN sobre Energia [ASEAN Ministers on Energy Meeting] (AMEM)	Reunião dos Ministros da Saúde da ASEAN [ASEAN Health Ministers Meeting] (AHMM)
Reunião dos Ministérios da Relações Exteriores da ASEAN [ASEAN Foreign Ministerial Meeting] (AMM)	Reunião Ministerial da ASEAN sobre Ciência e Tecnologia [ASEAN Ministerial Meeting on Science and Technology] (AMMST)	Conferência da ASEAN sobre Tópicos relacionados a Serviço Social [ASEAN Conference on Civil Service Matters] (ACCSM)
Comissão sobre a Zona Livre de Armas Nucleares do Sudeste Asiático [Commission on the Southeast Asia Nuclear Weapon-Free Zone]	Conselho da Área de Livre Comércio da ASEAN (AFTA) [ASEAN Free Trade Area (AFTA) Council]	Reunião Ministerial da ASEAN sobre Meio Ambiente [ASEAN Ministerial Meeting on the Environment] (AMME)
Reunião dos Ministros da Defesa da ASEAN [ASEAN Defence Ministers' Meeting] (ADMM)	Reunião dos Ministros do Transporte da ASEAN [ASEAN Transport Ministers Meeting] (ATM)	Ministros da ASEAN Responsáveis por Informação [ASEAN Ministers Responsible for Information] (AMRI)
	Reunião dos Ministros do Turismo da ASEAN [Meeting of the ASEAN Tourism Ministers] (M-ATM)	Reunião Ministerial da ASEAN sobre Juventude [ASEAN Ministerial Meeting on Youth] (AMMY)
	Cooperação para o Desenvolvimento da Bacia do Mekong [ASEAN Mekong Basin Development Cooperation (AMBDC)]	Reunião dos Ministros da ASEAN sobre Desenvolvimento Rural e Erradicação da Pobreza [ASEAN Ministers Meeting on Rural Development and Poverty Eradication] (AMRDPE)
	Reunião dos Ministros das Finanças da ASEAN [ASEAN Finance Ministers Meeting] (AFMM)	Ministros da ASEAN Responsáveis por Cultura e Artes [ASEAN Ministers Responsible for Culture and Arts] (AMCA)
	Conselho da Área de Investimento da ASEAN [ASEAN Investment Area (AIA) Council]	Conferência das Partes para o Acordo da ASEAN sobre Poluição [Conference of the Parties to ASEAN Agreement on Transboundary Pollution]
	Reunião dos Ministros das Telecomunicações e TI da ASEAN [ASEAN Telecommunications and IT Ministers Meeting] (TELMIN)	Reunião Ministerial da ASEAN sobre Gestão de Desastres [ASEAN Ministerial Meeting on Disaster Management] (AMMDM)
	Reunião Ministerial da ASEAN sobre Minerais [ASEAN Ministerial Meeting on Minerals] (AMMin)	Reunião dos Ministros da Educação da ASEAN [ASEAN Education Ministers Meeting] (ASED)
		Comissão da ASEAN sobre Proteção e Promoção dos Direitos das Mulher e das Crianças [ASEAN Commission on Protection and Promotion of the Rights of Women and Children] (ACWC)
		Reunião Ministerial da ASEAN sobre Esportes [ASEAN Ministerial Meeting on Sports] (AMMS)

Fonte: ADBI (2014).

Uma das principais características do grupo é o que se chama de *ASEAN way*, o modelo de condução política da instituição baseado em um limitado poder concedido pelos países membros do grupo às instituições centralizadas, além de princípios de não interferência em assuntos domésticos, respeito à soberania



doméstica de seus membros, discrição, informalidade nas relações do grupo e ainda o recorrente uso de consultas entre os seus membros. Ao mesmo que garante a solução de suas questões de forma pacífica e através de canais diplomáticos, sem uso de força ou disputas legais entre seus membros, tal modelo é apontado como ineficiente e merecedor de reformas que tragam maior dinamismo ao processo de tomada de decisões do grupo (ADBI, 2014).

Nesadurai (2013) utiliza um modelo de análise institucional introduzido pelo Asian Development Bank para analisar a estrutura institucional da ASEAN. Esse modelo de análise é composto por três categorias: regras de decisão, ou seja, as formas como se dão as decisões dentro do grupo, que podem ser “unanimidade”, “maioria simples”, “maioria qualificada”, entre outras formas; mecanismos de comprometimento, categoria que se refere à capacidade de mobilização de líderes, criação de instrumentos legais, o que inclui a delegação das funções de monitoramento e de aplicação de sanções a instituições centrais; e organizações e estruturas facilitadoras do processo de integração, esta categoria refere-se a organizações de coordenação, fornecedoras de aconselhamento técnico e em políticas, entre outros órgãos.

As regras de decisão observadas se dariam a partir de duas variações. A primeira seria o consenso, já institucionalizado no processo de tomadas de decisões da ASEAN, responsável por manter a unidade da Associação e também por manter o compromisso dos seus membros no aprofundamento do processo de integração. Dessa forma, seria pouco provável que sofra alterações. A segunda variação refere-se à possibilidade prevista no *ASEAN Charter* de realização de votações junto aos encontros de cúpula para resolução de disputas e deliberar sobre assuntos não resolvidos.

Em relação aos mecanismos de comprometimento, Nesadurai (2013) aponta as seguintes estruturas para cada uma das funções:

- i. Mobilização de líderes políticos: encontros bianuais dos líderes dos países membros para assegurar o comprometimento em prol do projeto de integração através de discussão de assuntos que envolvem o processo. No caso da ASEAN, esses encontros possuem um caráter mais encorajador do que punitivo em relação aos desvios do processo, dada a flexibilidade prevista em seus acordos;

- ii. Delegação das funções de monitoramento e de aplicação de sanções a terceiros: baixo índice de delegação de atividades de monitoramento, assim como inexistência de delegação de capacidade de aplicação de sanções a algum órgão central, o que ainda compromete a soluções de conflitos e ausência de consenso. Além disso, os acordos fechados entre os países membros da Associação preveem mecanismos que permitem maior flexibilidade em seus processos de implantação, o que normalmente serve como um fator corroborado para a manutenção da unidade do grupo. Também no que se refere a medidas ligadas ao monitoramento, encontram-se o *AEC Datacard* e a base de dados NTB;
- iii. Emancipação de atores não-governamentais: Diálogos ASEAN (*ASEAN Dialogues*) com setor privado, sociedade civil e organizações não-governamentais como forma limitada e informal de um mecanismo de emancipação de atores não-governamentais. Atualmente, segundo os autores, existe um potencial não revelado para instituições não-governamentais como fontes independentes de informações e também como um mecanismo de *feedback* sobre o processo de integração e as formas de incentivos à implementação de novos passos no processo de integração;
- iv. Compensações para permitir que membros desfavorecidos pelo processo de integração continuem engajados no processo: mecanismos semelhantes àqueles observados na União Europeia são inexistentes, no entanto, faz-se presente compensações a título de assistência para o desenvolvimento. Além disso, a flexibilidade existente no processo de integração do grupo, que permite a utilização de diferentes cronogramas de desenvolvimento do processo, também pode ser considerada uma forma indireta de compensação.

Por fim, Nesadurai (2013) trata das organizações e estruturas facilitadoras ao processo de integração:

- i. Organizações de coordenação: Possui o Secretariado da ASEAN como principal referência nesta categoria, no entanto, sua atuação é limitada pelos recursos e autoridade controlados. A ASEAN possui uma alta descentralização dos poderes de coordenação;
- ii. Aconselhamento técnico e em políticas: realizados em grande parte por instituições com o Asian Development Bank (ADB), ERIA, ASEAN-ISIS e fundações;
- iii. Suporte financeiro: recursos oriundos da própria ASEAN limitados, grande parte dos recursos são originários de fontes externas, como parceiros externos da ASEAN, Asian Development Bank (ADB) e fundações externas a Associação.

No entanto, apesar dos avanços observados ao longo do processo, ainda hoje reformas institucionais são necessárias para que objetivos de maior integração sejam cumpridos, principalmente no que se refere a reformas que possibilitem às estruturas centralizadas defendam os interesses do grupo junto à comunidade internacional de forma mais autônoma e eficiente (ADB, 2014).

### 3.3. INICIATIVAS DE INTEGRAÇÃO E COOPERAÇÃO MONETÁRIA E FINANCEIRA

Entre os principais desafios para a ASEAN está o desenvolvimento dos mercados financeiros de seus membros, tido como uma variável chave para aqueles países que visem elevadas taxas de crescimento no longo prazo. Dessa forma, a necessidade de instituições bancárias e outras instituições financeiras eficientes e integradas nos mercados locais seria um imperativo para tal fim.

Ao mesmo tempo em que os mercados financeiros apresentam-se com um papel importante no desenvolvimento econômico de uma região, através da disponibilização de recursos para o direcionamento a atividades produtivas, eles também podem servir como fontes de riscos para estrutura econômica. Desta maneira, medidas que visem mitigar vulnerabilidades também se fazem necessárias

para a formação de estruturas que permitam o desenvolvimento econômico sustentável da região.

Tendo ciência disto e também através da aprendizagem baseada na experiência nos últimos anos, sendo a Crise Financeira Asiática uma das principais origens deste aprendizado, diversas iniciativas e instituições de cooperação econômica emergiram na região nos últimos anos.

### 3.3.1. INICIATIVA CHIANG MAI

Atualmente conhecida como *Chiang Mai Initiative Multilateralisation* (CMIM), consiste em um acordo multilateral de Swaps cambiais envolvendo todos dez membros da ASEAN e ainda Japão, Coreia do Sul e China, formando a chamada ASEAN+3. Em 2014, ano em que ocorreu o último aumento do *pool* de reservas do grupo, o valor deste chegou a US\$ 240 bilhões.

Em 1977, como resultado de esforços conjuntos entre os membros fundadores da Associação, surgiu o Arranjo de Swap da ASEAN (ASA), visando aliviar a escassez de temporária de divisas dos Bancos Centrais dos países integrantes da ASEAN-5. No início dos anos 2000, antes da entrada dos demais membros da ASEAN e de Japão, Coreia do Sul e China (ASEAN+3) no acordo, o ASA contava com limites de US\$ 200 milhões. Com a entrada dos países que passaram a formar a ASEAN+3 neste mesmo ano e a formação de uma rede de Acordos Bilaterais de Swap (ABS) cambiais, o limite do arranjo foi ampliado para US\$ 1 bilhão. Posteriormente, os limites do acordo foram novamente ampliados, chegando a US\$ 75 bilhões em 2007, e reformulados neste mesmo ano, de forma a garantir um caráter multilateral ao acordo (CUNHA, 2008).

Apesar de sua origem estar vinculada aos embrionários acordos de Swap da Associação, os ensaios para a formação dessa iniciativa se deram a partir da Crise dos países asiáticos de 1997/1998, quando associada ao temor de que a intervenção de instituições internacionais de socorro financeiro poderia trazer graves prejuízos aos planos de desenvolvimento dos países da região, surgiu a expectativa em torno da formação de um Fundo Monetário Asiático (FMA).

No entanto, mesmo contando com a liderança japonesa, tal proposta acabou minada por pressões do Fundo Monetário Internacional (FMI) e dos Estados Unidos

e acabou servindo como um caminho para o surgimento da Iniciativa Chiang Mai (CUNHA, 2008).

Segundo os acordos que fundamentam o mecanismo, os países participantes têm acesso a limites pré-aprovados, recentemente aumentados para 40% do valor total previsto de auxílio no contrato de *swap*, sem a necessidade de submeter-se a programas de ajustes do FMI. No caso em que as necessidades sejam superiores a estes limites, o país em situação de risco deverá se submeter aos condicionantes impostos por esta instituição. Tais operações são limitadas a prazos de noventa dias, renováveis por sete vezes.

Dessa forma, a Iniciativa Chiang Mai passou servir como um importante instrumento para evitar o surgimento de crises e a difusão de seus severos efeitos sobre as economias da região, funcionando como um prestador para países que enfrentam dificuldades de curto prazo em seus balanços de pagamentos e assim evitando a transmissão de efeitos indesejados sobre as economias da região. Características semelhantes às aquelas encontradas em um típico banco central, as de um prestador de última instância. Além disso, a Iniciativa pode ser vista como uma medida que serviu para a abertura de importantes diálogos que levaram a concretização de outras iniciativas, que por sua vez contribuíram para o desenvolvimento e integração dos mercados financeiros da região (CUNHA, 2008).

### 3.3.2. AMRO – ASEAN+3 MACROECONOMIC RESEARCH OFFICE

O AMRO, *ASEAN+3 Macroeconomic Research Office*, consiste em uma instituição de apoio a *Chiang Mai Initiative Multilateralisation* (CMIM), responsável por monitorar e analisar as economias regionais para contribuir na detecção de riscos e assim atuar na implantação de medidas que visem contornar situações de risco. Além disso, o AMRO também trabalha para auxiliar as tomadas de decisões no âmbito da CMIM.

O AMRO tem suas origens na formação dos primeiros diálogos do grupo ASEAN+3, através de instituições como o *Economic Review and Policy Dialogue* (ERPD) de 2002. No entanto, a formatação de uma instituição própria de monitoramento regional e de cooperação macroeconômica na região teve início a partir de 2009, sendo oficialmente fundada dois anos mais tarde, quando também teve sua sede estabelecida em Cingapura.

A estrutura do AMRO é formada por um Comitê Executivo, que incorpora as autoridades financeiras dos membros da ASEAN+3 como Ministros das Finanças ou equivalentes e Diretores dos Bancos Centrais Nacionais; por um painel consultivo, formado por seis economistas renomados; e a direção do AMRO, sob a qual se encontram subordinados diversos grupos de trabalho relacionados ao monitoramento e atividades de suporte em áreas como orçamento, estratégia, coordenação de políticas, entre outras áreas.

Dessa forma, o AMRO surgiu como uma importante instituição no projeto de integração econômica da região, atuando com o objetivo específico de apoiar a CMIM e também, de uma maneira geral, proporcionar condições para o desenvolvimento dos mercados financeiros locais sem comprometer os objetivos de desenvolvimento econômico da região como um todo.

### 3.3.3. OUTRAS INICIATIVAS DE INTEGRAÇÃO E COOPERAÇÃO MONETÁRIA E FINANCEIRA

O desenvolvimento de um Mercado Regional de Títulos no âmbito da ASEAN+3 foi outra importante iniciativa que teve a crise do final dos anos 1990 como um importante marco. A busca por formas de financiamento para seus projetos de desenvolvimento que não colocassem os países da região em uma situação de vulnerabilidade externa, assim trazendo condições para o desenvolvimento sustentável da região, foi uma das principais motivações desta iniciativa. Para isso, foi criado o chamado *ASEAN+3 Bound Market Forum* (ABMF) em 2010, com o papel de auxiliar na harmonização de regulações e também na implantação das melhores práticas de mercado entre os participantes do grupo. Dessa forma, consolidando nesta instituição os esforços iniciados ainda no início da década de 2000 através da *Asian Bonds Markets Initiative* (ABMI).

O ABMF, além de ter como função a harmonização de elementos regulatórios e das melhores práticas de mercado no que tange aos mercados de títulos de dívida, ainda tem como objetivo servir como uma instituição intermediadora entre o setor privado e o setor público através de diálogos visando o intercâmbio de conhecimentos e experiência na área entre os dois setores. Dessa forma, o ABMF fica responsável por realizar análises para identificação de metas e para o estabelecimento de planos de ação relacionados à execução de suas principais funções.

O desenvolvimento de um mercado de títulos regionais também vem ao encontro de necessidades locais de aperfeiçoar as formas de financiamento a importantes projetos de infraestrutura responsáveis por acelerar a integração e o consequente desenvolvimento da região, ao mesmo tempo em que busca desenvolver a oferta de meios alternativos a então predominante presença de ativos bancários e dos mercados de ações para financiamento na região.

As grandes diferenças observadas entre os países da região determinadas pelos diferentes estágios de desenvolvimento em que os membros do grupo se encontram, como Cingapura já apresentando um elevado grau de desenvolvimento em seu mercado de títulos e os países do chamado grupo CMLV, ainda realizando seus primeiros passos em tal mercado de ativos, aparecem como um dos principais obstáculos a serem enfrentados na formação de um mercado de títulos integrados na região. Além disso, a existência de um diverso número de moedas dentro do grupo é outro elemento que traz significativas dificuldades para o desenvolvimento do mercado de títulos da região no âmbito da ASEAN, sendo considerado um dos problemas mais críticos para tal fim (PLUMMER & CLICK, 2003).

A ausência de um sistema de compensações de pagamentos e transferências seria outro importante obstáculo a ser contornado para a integração do grupo. Para o aprofundamento do processo de integração financeira na região, assim como para contribuir com o desenvolvimento do mercado financeiro interno de cada país, a formação um sistema de pagamentos e compensações livre de riscos e eficiente é apontado como um importante passo para o grupo. Conforme Asian Development Bank (2013), a implantação de um sistema do gênero seria uma medida necessária entre os planos de integração financeira da Associação. Para isso, inicialmente, o caminho para implantação de tal sistema traria a necessidade de estudos visando à uniformização dos padrões contábeis entre os diferentes países membros da Associação e a posterior implantação de um sistema em diferentes fases.

Outros tópicos de importantes para o processo de integração, referem-se a liberalização dos serviços financeiros. No que trata desse processo na região, nota-se uma baixa presença de instituições bancárias locais entre os diferentes países da região, ainda mais quando comparadas a presença de outras instituições bancárias atuantes em nível global. Tal fenômeno é explicado pela existência de regulações locais que desencorajam os bancos da própria região a aumentar sua presença dentre os diferentes países do grupo. Essa situação impede o surgimento de ganhos

de escala e também decorrentes da competição entre um maior número de bancos (ADBI, 2014).

Nesse sentido, medidas que favoreçam a integração no setor são conduzidas desde 1995 sob o *ASEAN Framework Agreement on Services* (AFAS). No entanto, um progresso mais acelerado neste setor passou a ocorrer apenas a partir da *ASEAN Blueprint*, lançado na segunda metade dos anos 2000. Ainda assim, nota-se a existência um longo caminho a ser percorrido no setor.

Por fim, a abertura de diálogos iniciada com a Iniciativa Chiang Mai, também contribuiu na formação de esforços em direção a iniciativas de recomposição de reservas internacionais e estabilização de taxas de câmbio, assim reforçando defesas contra vulnerabilidades que permitiriam o surgimento e a dissipação de crises entre os membros da Associação (CUNHA, 2008).

### 3.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ASEAN surgiu no final da década de 1960 como uma iniciativa que marcou a conciliação de nações que vinham de um longo processo de disputas territoriais na região. Nos anos que seguiram importantes passos foram dados os primeiros passos no caminho da integração da região, além da formação de acordos neste sentido, a abrangência do grupo foi ampliada através da admissão de novos membros.

A partir da Crise Asiática do final dos anos 1990, emergiram com maior força iniciativas que aprofundavam o processo de integração na região, seja através de iniciativas de cooperação financeira através da versão ampliada do grupo que ficou conhecida como ASEAN+3, assim como também através de iniciativas que visavam um maior entrelaçamento do grupo original, como a meta de criação de uma Comunidade Econômica da ASEAN até o ano de 2015.

Mecanismos como a Iniciativa Chiang Mai emergiram como importantes medidas neste processo, responsáveis por garantir maior solidez e autonomia aos integrantes da Associação. Mais tarde a formação de uma instituição conjunta de monitoramento macroeconômico no âmbito da ASEAN+3 também surge como um importante marco no processo de integração do grupo.

Uma maior integração monetária através de um arranjo monetário que culminaria em uma moeda comum ao grupo foram possibilidades levantadas no passado. Neste sentido, no próximo capítulo faz-se uma análise da conjuntura



macroeconômica da região, assim como uma análise de indicadores de integração entre os países da ASEAN e da ASEAN+3, responsáveis por indicar condições que ensejariam a formação de arranjo monetário entre estes, isto utilizando principalmente o referencial teórico trazido pela Teoria das Áreas Monetárias Ótimas.

#### **4. INTEGRAÇÃO MONETÁRIA NA ASEAN: EVIDÊNCIAS EMPIRÍCAS E A FORMAÇÃO DE ARRANJO MONETÁRIO NA REGIÃO**

Os avanços no processo de cooperação financeira observados logo após a crise dos países asiáticos da década de 1990 trouxeram consigo a perspectiva de que tal processo poderia ser ampliado levando até mesmo a criação de uma moeda comum ao grupo. Além disso, a experiência europeia no desenvolvimento de um padrão monetário comum a um grande número de países de sua região trazia elementos reforçando tal perspectiva e também dando espaço para análise dos elementos necessários para trilhar este caminho.

Com este ambiente, ao final dos anos 1990 e início dos anos 2000 diversos trabalhos apresentaram tal perspectiva, ressaltando principalmente os potenciais benefícios desse movimento de integração monetária, mas também reconhecendo um difícil caminho para sua concretização. Nos anos mais recentes, com avanços nos processos de integração em outras áreas e os planos de concretização de uma Comunidade Econômica até o ano de 2015, a integração monetária na ASEAN novamente surge como uma questão pertinente.

Nas próximas seções serão apresentadas as contribuições em torno deste debate ao final da década de 1990 e início dos anos 2000, assim como também analisadas variáveis relevantes do ponto de vista teórico para o processo de integração do grupo. Nestas análises não serão considerados apenas os países da ASEAN, mas também aqueles integrantes da ASEAN+3, dados os esforços de cooperação financeira com maior relevância terem ocorrido no âmbito desta nos últimos anos.

##### **4.1. FORMAÇÃO DE ARRANJO MONETÁRIO NO CONTEXTO DA ASEAN E ASEAN+3**

Pode-se dizer que a discussão a respeito de um arranjo monetário no âmbito da ASEAN, que representaria um aprofundamento do processo de integração monetária do grupo, surge a partir dos acordos de swaps cambiais de Chiang Mai. Estes vieram a reforçar o caminho da cooperação econômica como forma de mitigar riscos sistêmicos sobre as economias da região e assim propiciar uma rota de desenvolvimento mais estável para estes países. Não se limitando a questão da estabilidade macroeconômica, os arranjos de cooperação e integração econômica

também passaram a ser vistos como uma forma de impulsionar o processo de desenvolvimento econômico na região.

Neste sentido, Bayoumi e Mauro (1999) fazem uma análise dos custos, benefícios, pré-condições e implicações da formação de um arranjo monetário regional entre os países membros da ASEAN, arranjo no qual em seu auge seria responsável pela formação de uma moeda regional para o grupo. Neste trabalho, utilizando como referencial os critérios trazidos pela Teoria das Áreas Monetárias Ótimas (TAMO) e também a experiência europeia, os autores apontam o grau de abertura, a composição do comércio e a diversificada “direção” deste entre os países que compõem a Associação como fatores que colaborariam no processo de formação de uma moeda comum para o grupo. Além disso, outras características como similaridades no que se refere a ocorrência de distúrbios macroeconômicos e a velocidade de recuperação em relação a estes entre as economias dos países da ASEAN são considerados como outros fatores que favoreceriam a formação de um arranjo monetário no grupo.

Apesar dos países da região satisfazerem diversos critérios econômicos para a formação de uma área monetária ótima, tanto quanto os países europeus na iminência de formação do euro, os autores apontam que tais características não são suficientes por si só para o avanço de um processo de integração monetária no grupo, ainda sendo necessário um grande e forte comprometimento político visando tal fim. Dessa forma, para cumprir com o objetivo de formação de uma unidade na direção de um maior aprofundamento do processo de integração monetário no grupo seria necessário um comprometimento de longo prazo e que envolveria aspectos delicados de política econômica e também ao que se refere à tomada de decisões no grupo e ao compromisso individual com estas. Apenas desta maneira o grupo poderia aumentar suas chances de obter sucesso em um projeto como este.

Elementos semelhantes são apresentados em Bayoumi, Eichengreen e Mauro (1999), responsável por alertar em relação aos perigos de um aprofundamento do processo de integração monetária no grupo sem que este obtenha a base política necessária, mesmo apresentando pré-condições favoráveis do ponto de vista econômico. Segundo os autores, o sucesso de um arranjo monetário visando à estabilização das taxas de câmbio na região dependeria da formação de uma instituição transnacional com credibilidade para atuar com este objetivo, o que seria algo inexistente naquele momento.

Outro trabalho que traz a perspectiva de criação de uma moeda comum entre os países membros da ASEAN é Madhur (2002). Assim como os demais trabalhos que abordaram a possibilidade de aprofundamento do processo de integração monetária do grupo, este também reconhece a falta de uma coesão política no grupo para vencer os desafios que envolvem o processo. O autor também ressalta que este pode ser um caminho promissor frente ao crescente processo de globalização, responsável por integrar as diversas regiões do globo trazendo um aumento do comércio, das transações financeiras e uma consequente sincronização dos ciclos econômicos entre os países.

#### 4.2. CARACTERIZAÇÃO DAS ECONOMIAS DA ASEAN E ASEAN+3

Nesta seção serão apresentados os principais indicadores macroeconômicos observados na região considerando sempre que disponível o período de 1997 até os anos mais recentes para os membros da ASEAN e também para os países que compõem a ASEAN+3.

De forma geral, observa-se uma grande heterogeneidade em aspectos populacionais e de renda no grupo formado pelos países da ASEAN. Conforme os dados da Tabela 3, é possível encontrar países com elevados contingentes populacionais, figurando entre os mais populosos do mundo, como a Indonésia, ao lado de países pequenos como Brunei Darussalan. A elevada heterogeneidade entre os países do grupo também é observada através dos indicadores de Produto Interno Bruto (PIB) e de Produto Interno Bruto per Capita (PIB per Capita), encontra-se economias pequenas como Laos, Brunei Darussalan e Camboja, ao lado de economias maiores como Indonésia, Malásia e Tailândia. As diferenças no que se refere a níveis de produto per capita também chamam a atenção, situação exemplificada pela coexistência de Cingapura e Camboja, a primeira apresentando um PIB per Capita mais de cinquenta vezes superior a este país.

De forma geral, ao considerar o grupo da ASEAN agregado, ele estaria entre as dez maiores economias do mundo e concentraria uma elevada população. Já ao considerar China, Coreia do Sul e Japão, ou seja, a ASEAN+3, o grupo apresenta grande relevância no cenário mundial, superando o PIB da maior economia do mundo, os Estados Unidos, e concentrando quase um terço da população mundial.

Tabela 3 – População (em milhares), PIB Nominal (em US\$) e PIB per capita (em US\$) para os países da ASEAN e ASEAN+3, 2014.

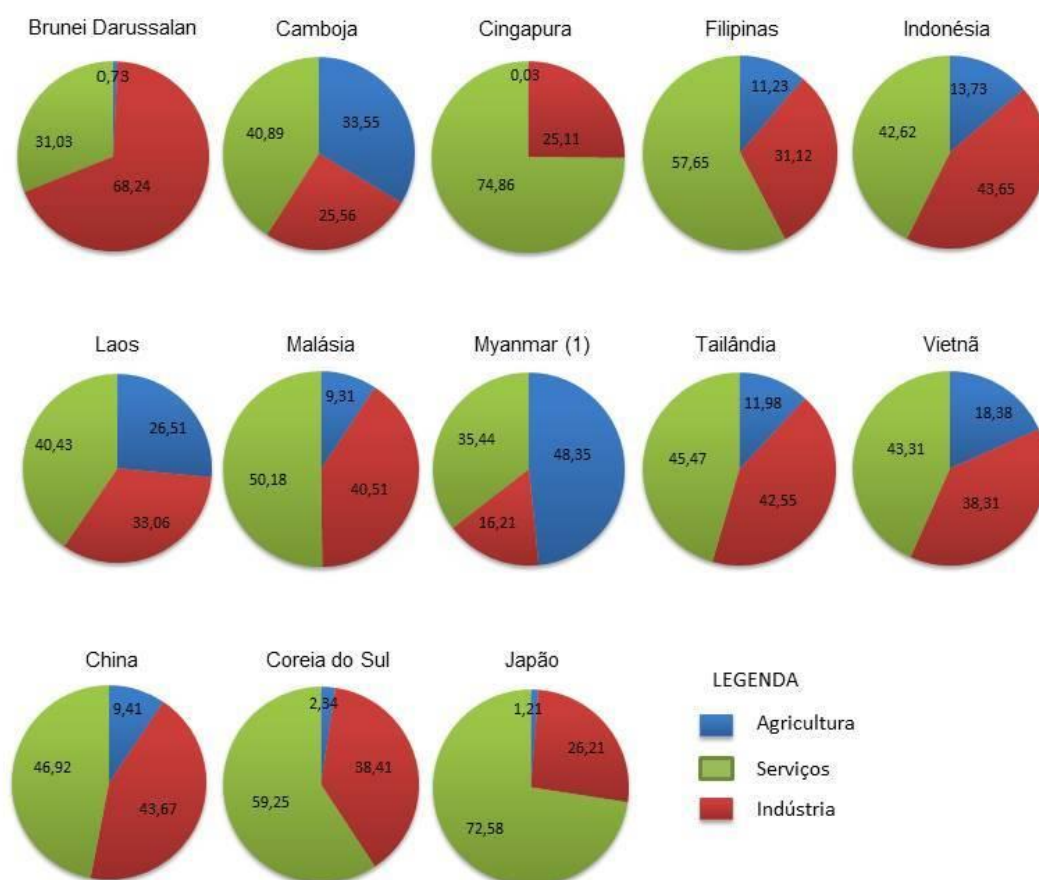
	População (1)		PIB (2)		PIB per Capita (3)
Brunei Darussalam	417,39		14.971,38		35.376,20
Camboja	15.328,14		16.435,48		1.066,67
Cingapura	5.506,59		301.193,06		54.592,62
Filipinas	99.138,69		285.097,98		2.848,23
Indonésia	254.454,78		848.025,33		3.354,37
Laos	6.689,30		11.666,98		1.692,31
Malásia	29.902,00		326.113,28		10.802,78
Myanmar	53.437,16		67.627,82		1.258,92
Tailândia	67.725,98		405.532,99		6.032,65
Vietnã	92.423,34		186.598,55		2.016,24
<b>Total ASEAN</b>	<b>625.023,36</b>		<b>2.463.262,86</b>		
China	1.369.435,67		10.066.674,21		7.222,55
Coreia do Sul	50.074,40		1.415.933,60		28.597,77
Japão	126.794,56		4.586.748,34		36.116,18
<b>Total ASEAN+3</b>	<b>2.171.327,99</b>		<b>18.532.619,01</b>		

Fonte: UNCTADstat e World Bank.

Além disso, as economias da região destacam-se pelas elevadas taxas de crescimento apresentadas nos últimos anos, acima da média mundial observada durante o período. Enquanto a média anual mundial de crescimento do produto estimada entre 2005 e 2008 foi de aproximadamente 2,18%, os países da ASEAN apresentaram uma média de crescimento estimada em 5,11% durante o mesmo período.

No que se refere a estrutura das economias da região, nota-se uma predominância dos setores industriais e de serviços. O setor agrícola chega a ser quase inexistente em países como Brunei Darussalan, Cingapura, Coreia do Sul e Japão quando consideradas a contribuição deste setor em termos de valor agregado na composição do PIB destes países, conforme Gráfico 2. Apenas em economias menores como Myanmar, Laos e Camboja o setor agrícola representa mais do que 20% do produto interno bruto em termos de valor adicionado pelo setor.

Gráfico 2 – Composição do PIB por valor agregado por setores da economia (agricultura, serviços e indústria) para os países da ASEAN e ASEAN+3, 2014 (%).



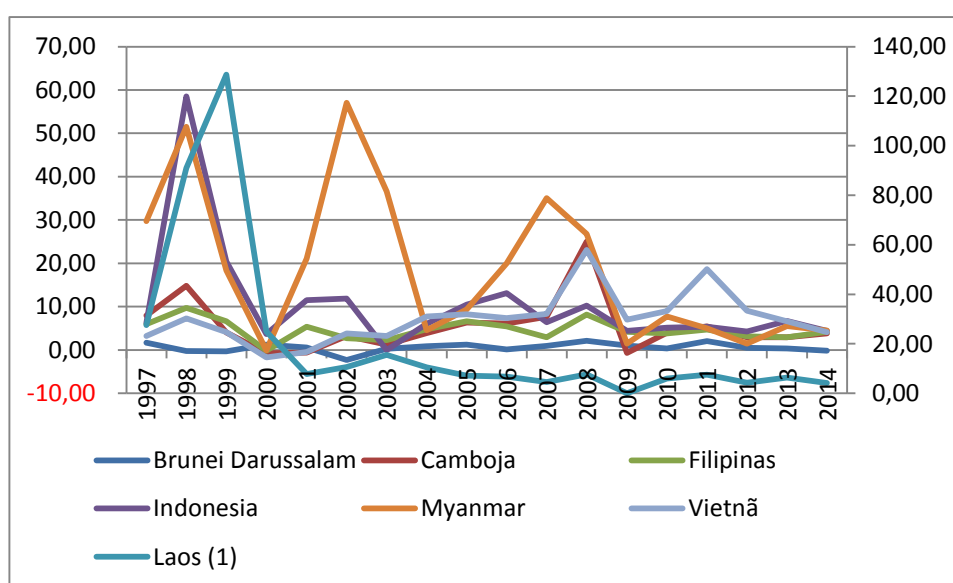
Fonte: Fundo Monetário Internacional

(1) Informações referentes ao ano de 2013, dados para Myanmar no ano de 2014 indisponíveis.

Ao analisar a estabilidade dos níveis de preços dos países da região através da variação dos índices de preços ao consumidor, um importante indicador frente à TAMO, sobressaem-se os comportamentos de tal indicador para Laos, Myanmar e Indonésia durante quase todo o período de análise e Vietnã nos anos mais recentes, anos marcados por severos efeitos sobre a economia mundial decorrentes da crise econômica de 2007/2008. Enquanto a maioria dos países apresenta uma trajetória mais estável durante o período de 1997 a 2014, Laos apresenta uma trajetória crescente no final da década 1990, atingindo uma variação do índice superior a 120% no ano de 1999, esta trajetória começa a se estabilizar em patamares inferiores a 10% a partir do ano 2000. Outro país que apresenta uma trajetória bastante instável em maior parte do período é Myanmar, durante os anos iniciais até 2009 o país apresentou uma alta volatilidade, apresentando três altos picos entre 1997 e 2009, quando a partir deste último ano começa a apresentar uma trajetória

mais estável, mantendo-se abaixo da faixa dos 10% de variação anual. A Indonésia é outro país que apresentou variações relevantes em seu índice de preços ao consumidor, o principal país do grupo da ASEAN em termos de tamanho de produto e população, logo após a chamada Crise dos Países Asiáticos apresenta um grande pico inflacionário em 1998, atingindo patamares próximos a 60% de variação anual. Nos anos seguintes segue um padrão oscilatório em torno dos 10% anuais, só a partir de 2009 estabiliza-se em patamares inferiores aos 10% de variação anual.

Gráfico 3 – Variação anual do Índice de Preços ao Consumidor para países selecionados da ASEAN, 1997-2014 (%)

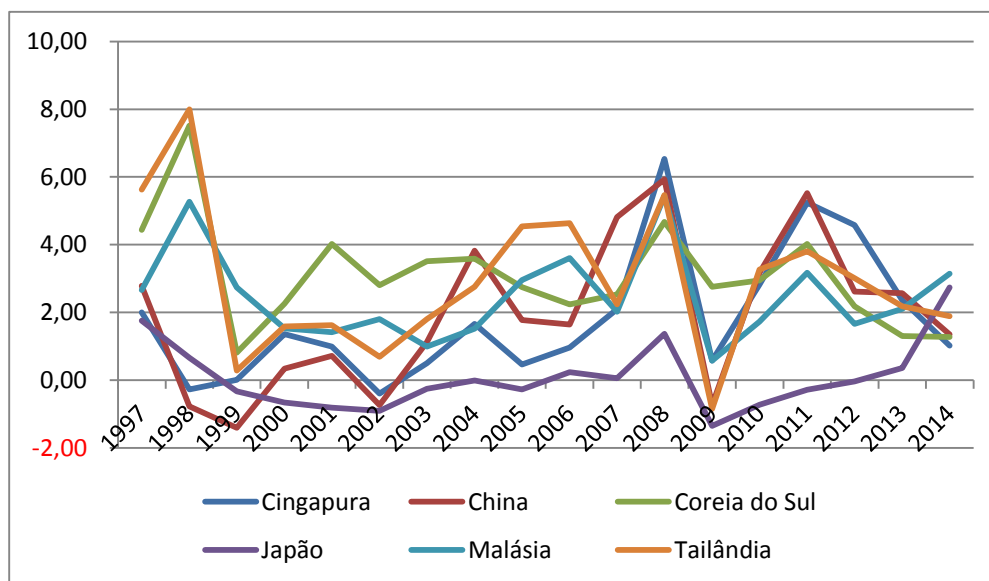


Fonte: UNCTADstat.

(1) informações de Laos representados no eixo do lado direito.

Enquanto isso, os demais países da ASEAN e ASEAN+3 apresentam um comportamento mais estável, mantendo-se em patamares inferiores aos 8% de variação anual durante o período observado, conforme apresentado no Gráfico 4. Cabendo destacar o comportamento da variável para o caso japonês, no qual a variação do índice de preços ao consumidor apresenta valores negativos durante a maior parte do período. Esta mesma situação se repete de forma pontual com China, nos anos de 1998, 1999 e 2002; Cingapura, nos anos de 1998 e 2002; e Tailândia, apenas no ano de 2009.

Gráfico 4 – Variação do Índice de Preços ao Consumidor para países selecionados da ASEAN e ASEAN+3, 1997-2014 (%)



Fonte: UNCTADstat

No que se refere a indicadores fiscais, através dos quais seria possível reconhecer semelhanças entre os países na condução de suas políticas macroeconômicas, mais uma vez observa-se um comportamento similar entre o CMLV e também Malásia, apresentando déficits primários regulares durante o período de análise, enquanto os demais membros da ASEAN mantêm, nos anos recentes, resultados primários positivos ou leves deteriorações, como é o caso tailandês. Quando considerados os demais países que compõem ASEAN+3, observa-se uma tendência de deterioração dos resultados coreanos nos anos mais recentes observados e persistentes déficits primários nos casos de Japão e China. No que se refere ao estoque da dívida bruta em relação ao PIB, o comportamento dessa variável permaneceu estável nos casos de Camboja e Tailândia; nos casos de Indonésia, Laos, Myanmar e Filipinas, esse indicador chegou a recuar. Enquanto isso, Brunei Darussalan, Cingapura, Malásia e Vietnã apresentaram aprofundamentos dos seus níveis de endividamento em relação ao PIB, aprofundamentos bastante significativos para estes três últimos.



Tabela 4 – Resultado do Primário Governo Central, Resultado nominal do Governo Central e Dívida Bruta do Governo Central, 2014 (% do PIB).

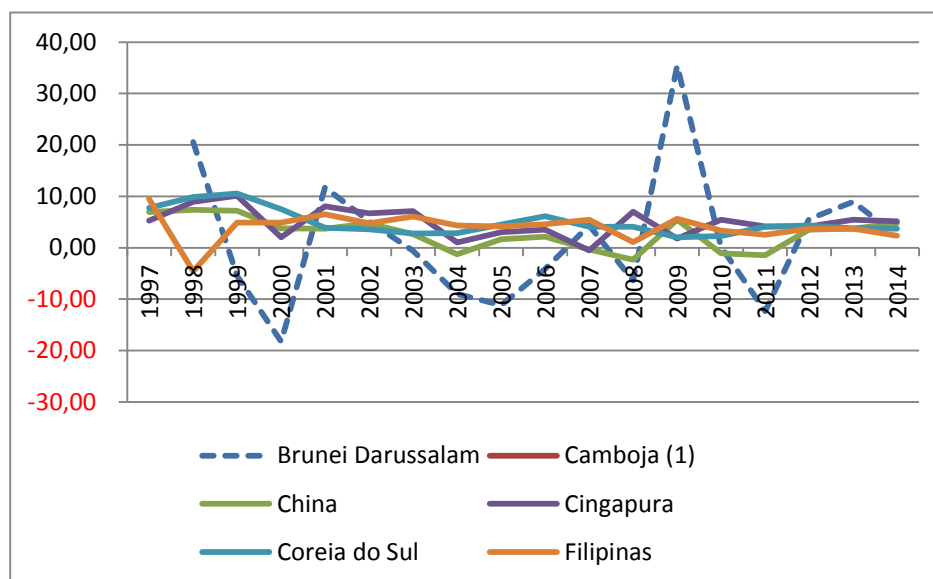
	Resultado Primário do Governo	Resultado do Governo	Dívida Bruta do Governo
Brunei Darussalam	2,92	2,92	2,31
Camboja	-1,00	-1,35	33,88
Cingapura	1,83	3,29	98,57
Filipinas	3,13	0,88	36,40
Indonésia	-0,83	-2,09	24,96
Laos (1)	-4,50	-5,63	60,13
Malásia (1)	-2,42	-4,28	55,89
Myanmar	-1,30	-2,93	31,60
Tailândia	-0,11	-0,85	43,53
Vietnã (1)	-5,91	-7,42	52,59
China	-0,60	-1,16	41,14
Coreia do Sul	-0,13	0,78	35,98
Japão (1)	-7,80	-8,52	242,59

Fonte: Elaboração do autor com dados do Fundo Monetário Internacional.

(1) Dados para Laos, Malásia e Japão indisponíveis para 2014, dados apresentados referem-se ao ano de 2013.

Em relação à taxa de juros reais, considerando o deflator do PIB, os países da ASEAN apresentam de uma maneira geral um comportamento harmônico por grande parte do período de 1997-2014, excetuando-se pelos casos de Brunei Darussalam, Laos e Myanmar que apresentam um comportamento mais volátil. Ainda, também é possível identificar certa similaridade no comportamento da variável para Indonésia, Malásia e Vietnã nos últimos anos, conforme Gráfico 6.

Gráfico 5 – Taxa de Juros Reais para países selecionados da ASEAN e ASEAN+3, 1997-2014 (%)

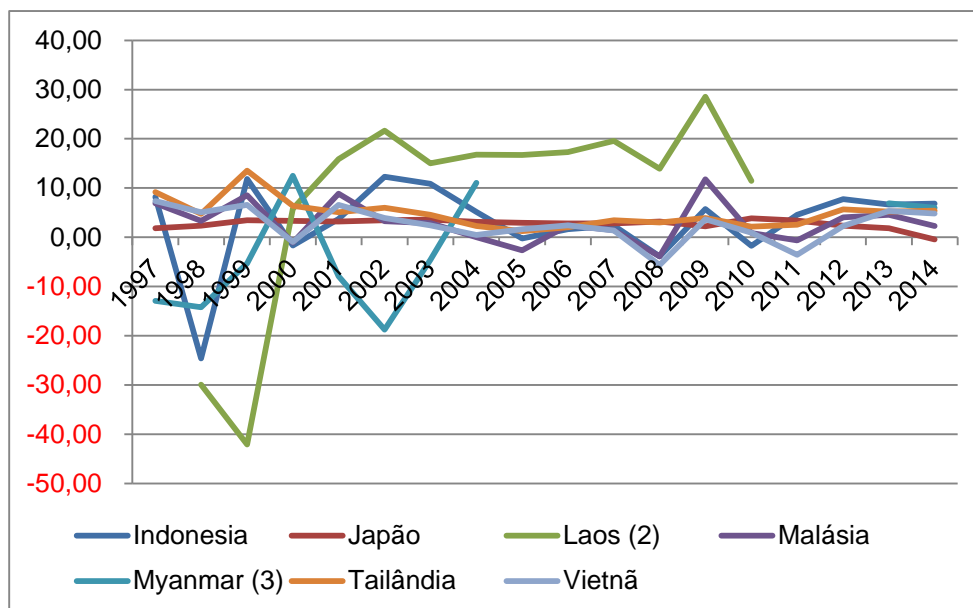


Fonte: Elaboração do autor com dados do World Bank.

(1) Dados indisponíveis para o Camboja durante todo o período.

Ao também considerar os países que integram a ASEAN+3, o caráter harmônico observado anteriormente permanece, inclusive é possível notar maiores similaridades no comportamento da variável durante grande parte do período considerado entre Coreia do Sul, China, Cingapura e Filipinas, Gráfico 5, e também entre Japão e Tailândia, conforme Gráfico 6.

Gráfico 6 – Taxa de Juros Reais para países selecionados da ASEAN e ASEAN+3, 1997-2014 (%).



Fonte: UNCTADstat

(2) Dados indisponíveis em 1997 e a partir de 2011 para Laos.

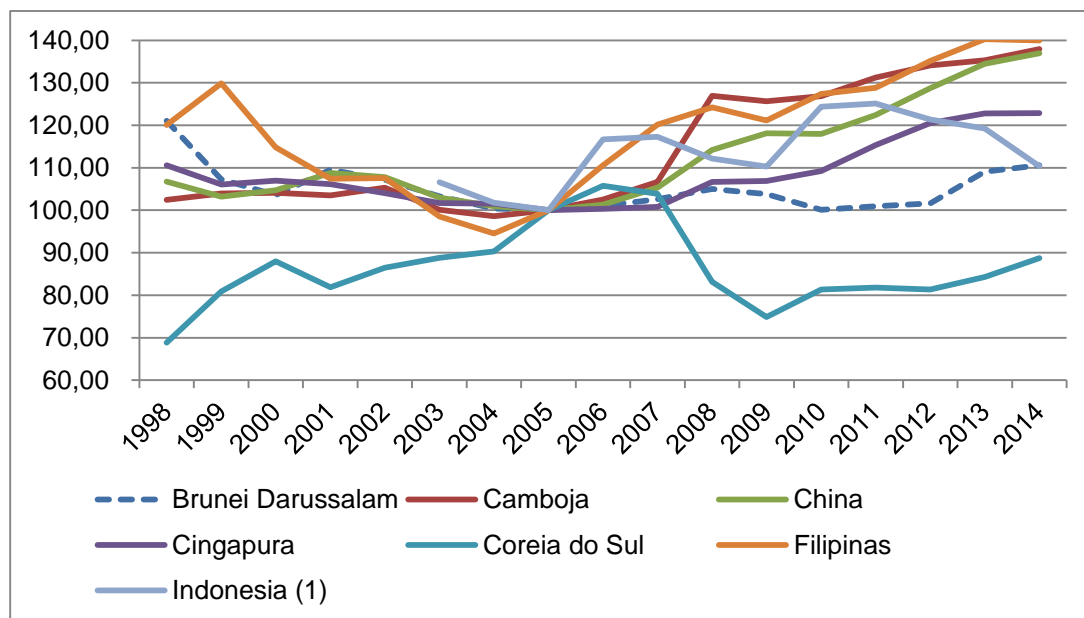
(3) Dados indisponíveis a partir de 2004 para Myanmar.

Outra variável analisada é a taxa de câmbio efetiva real, através da qual é possível obter informações sobre a competitividade internacional em termos de taxa de câmbio. Para seu cálculo é considerado um índice médio de uma cesta de moedas ponderado pelo nível de importância do seu país emissor em termos comerciais. Esta variável também leva em consideração os níveis de preços entre os diferentes parceiros comerciais.

Nos Gráficos 7 e 8 a seguir, encontram-se as Taxas de Câmbio Efetivas Reais observadas no período entre 1997 e 2014 para os países da ASEAN e ASEAN+3 utilizando como ano base 2005. Com exceção de Coreia do Sul e Japão, todos os demais países apresentaram movimentos de apreciação em suas taxas de câmbio a partir de 2005, ano base dos dados apresentados. Entre estas apreciações, cabe destaque aos movimentos da variável observados para Myanmar cuja taxa de câmbio apresentou a maior apreciação entre os países do grupo, aproximadamente 80% em relação a 2005, e também para Camboja, China,

Filipinas, Laos e Vietnã que apresentaram variações da ordem 40% para a variável entre 2005 e 2014.

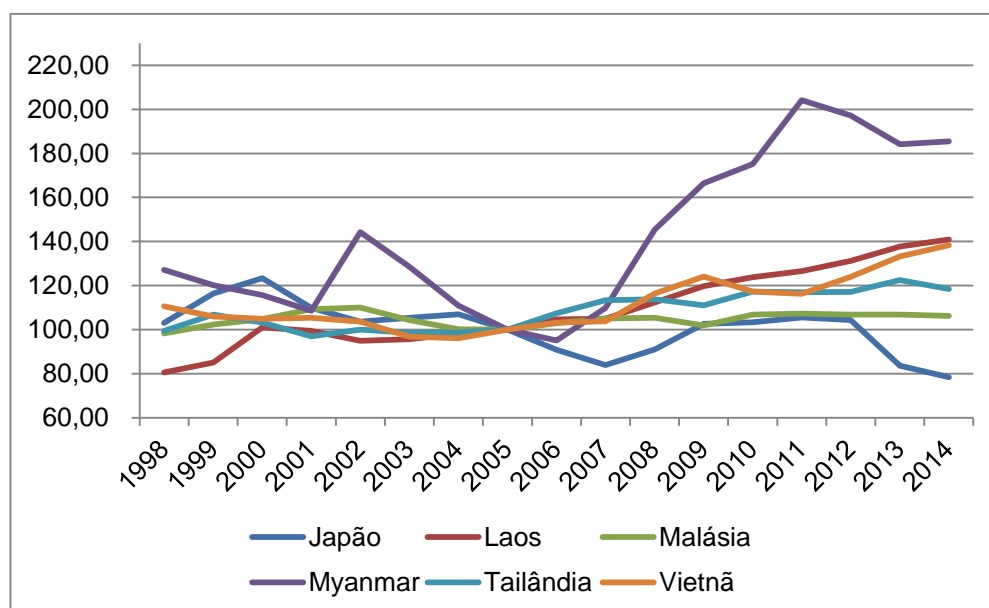
Gráfico 7 – Taxa de Câmbio Efetiva Real para países selecionados da ASEAN e ASEAN+3, 1998-2014.



Fonte: UNCTADstat

(1) Dados para Indonésia disponíveis apenas a partir de 2003.

Gráfico 8 – Taxa de Câmbio Efetiva Real para países selecionados da ASEAN e ASEAN+3, 1998-2014

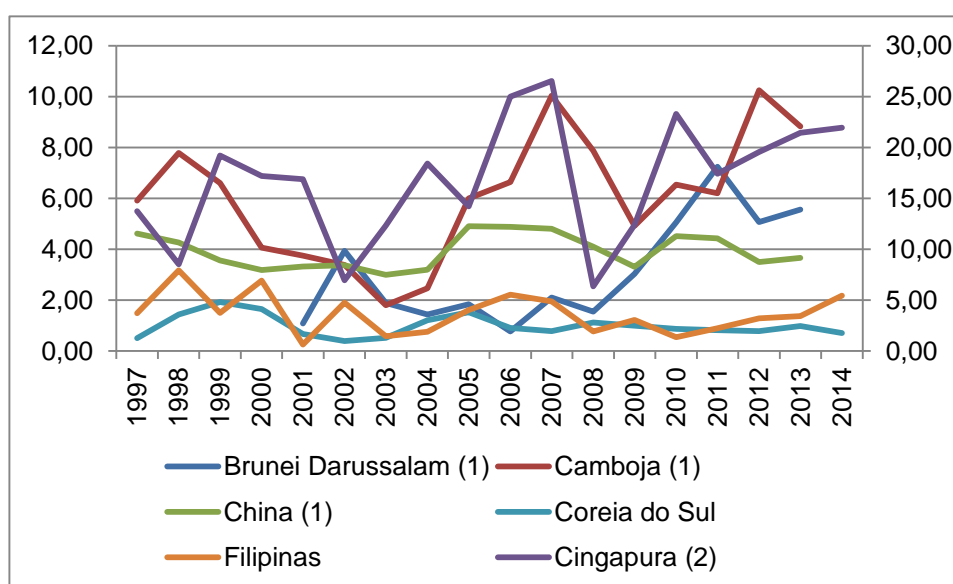


Fonte: UNCTADstat.

Nos Gráficos 9 e 10 a seguir, estão apresentados os dados referentes aos fluxos de entrada líquidos de Investimento Estrangeiro Direto (IED) como proporção

do PIB. Os fluxos de IED são compostos principalmente pela soma de capitais próprios e reinvestimentos de lucros associados a investimentos entre fronteiras nacionais. De uma forma geral, as operações de IED são aquelas desempenhadas por um residente de uma economia que possui o controle ou a significativa influência sobre os capitais envolvidos em operações em outra economia. É considerado como um grau significativo de influência o controle sobre dez por cento ou mais das ações ordinárias do capital votante. No caso, os fluxos de IED podem servir como um indicativo relacionado ao grau de abertura econômica e também podem refletir questões ligadas ao ambiente institucional de um país (AMAL & SEABRA, 2006). Dessa forma, através do comportamento desta variável poderia-se tentar relacionar a semelhança em seu comportamento com uma maior confluência em aspectos mais subjetivos como o ambiente institucional de um país.

Gráfico 9 – Fluxo de entrada Líquido de Investimento Estrangeiro Direto (IED) para países selecionados da ASEAN e ASEAN+3, 1997-2008 (% do PIB).

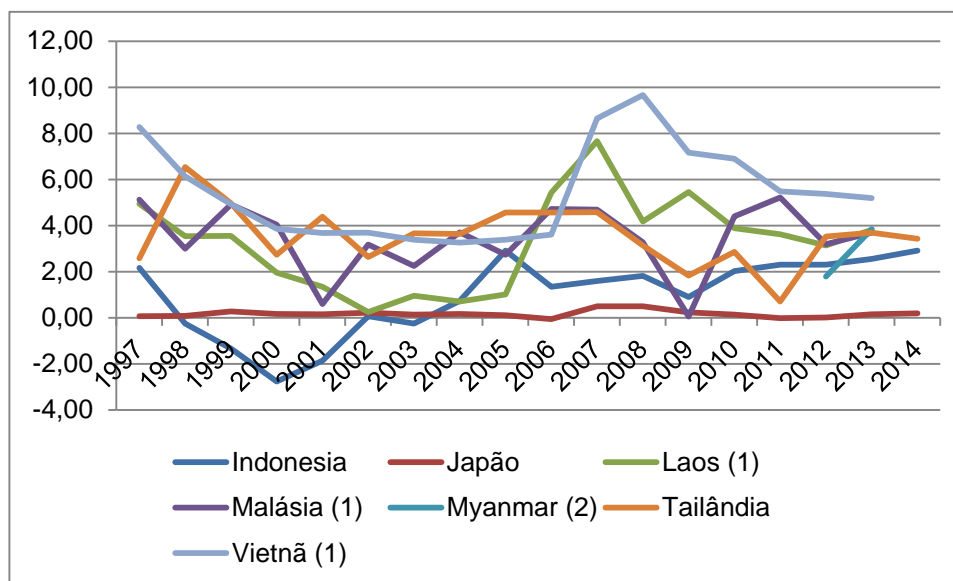


Fonte: Elaborado pelo autor com dados do World Bank.

- (1) Dados para Brunei Darussalam disponíveis apenas entre 2001 e 2013; Dados de 2014 indisponíveis para China e Camboja.  
 (2) Informações para Cingapura representadas no eixo do lado direito.

Durante o período observado todos os países apresentaram entrada líquida de recursos, cabendo destaque aos altos níveis da variável e também sua alta volatilidade para Cingapura, com seus dados representados no eixo direito do Gráfico 9. Ainda figuram como países com elevadas proporções de IED em relação ao seu PIBs: Myanmar, Brunei Darussalam e Vietnã. Enquanto os demais países apresentaram níveis estáveis durante o período, conforme Gráfico 10 a seguir.

Gráfico 10 – Fluxo de entrada líquido de Investimento Estrangeiro Direto (IED) para países selecionados da ASEAN e ASEAN+3, 1997-2008 (% do PIB)



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do World Bank.  
 (1) Dados de 2014 indisponíveis para Laos, Malásia e Vietnã.  
 (2) Dados de Myanmar disponíveis apenas nos anos de 2012 e 2013.

Por fim, apresentam-se os estoques de reservas dos países da ASEAN e ASEAN+3, importante variável nos períodos de crise, nos valores abaixo estão considerados os haveres em ouro monetário, direitos de saque especiais, as reservas mantidas junto ao Fundo Monetário Internacional e os haveres em divisas sob o controle de autoridades monetárias.

Tabela 5 – Estoque de Reservas Internacionais para países da ASEAN e ASEAN+3, 2014 (em milhões de US\$).

	Total de Reservas
Brunei Darussalam	3.648,82
Camboja	6.108,21
Cingapura	261.582,78
Filipinas	79.629,43
Indonésia	111.862,60
Laos	1.218,81
Malásia	115.958,88
Myanmar (1)	7.352,90
Tailândia	157.162,75
Vietnã	34.189,37
China	3.900.039,36
Coreia do Sul	362.834,71
Japão	1.260.680,42

Fonte: Fundo Monetário Internacional.  
 (1) Dado de Myanmar referente ao ano de 2013

O estoque de reservas entre os países do grupo apresentou um expressivo crescimento nos anos que se seguiram após a chamada Crise Asiática do final da década de 1990, principalmente devido a esforços nesta direção com a finalidade de mitigar vulnerabilidades trazidos com a Iniciativa Chiang Mai, conforme apontado anteriormente. Quando considerados apenas os países da ASEAN destacam-se aqueles do chamado subgrupo CMLV, ao considerar o também os países da ASEAN+3 também é possível observar um forte crescimento das reservas chinesas quando comparado o ano de 2014 a 1997. No que se refere ao nível de reservas no ano de 2014, Cingapura apresenta um papel de destaque, não só pelo elevado nível de reservas em relação aos demais membros da ASEAN, mas também devido aos elevados níveis desta quando comparadas ao seu próprio PIB, chegando a representar uma proporção de quase 90% deste. Outros países com consideráveis níveis de reservas em relação aos seus próprios PIBs são Camboja, Malásia e Tailândia, todos estes com valores gravitando no entorno dos 35%. Quando considerados também os países da ASEAN+3, mais uma vez destaca-se China com um nível de reservas que atinge aproximadamente 38% do seu PIB, mais elevada proporção e também mais elevado nível em termos absolutos entre os demais países da ASEAN+3.

#### 4.3. ASEAN COMO UMA ÁREA MONETÁRIA ÓTIMA

De uma maneira geral, ainda é possível identificar certa heterogeneidade dentro da ASEAN quando observados indicadores ligados aos níveis de renda. Sua origem pode ser identificada através da decomposição do grupo, quando se observa a coexistência de economias ainda com mais elevada participação da agricultura e com baixos níveis de renda, como é o caso dos países do subgrupo CMLV (Camboja, Myanmar, Laos e Vietnã), com economias com predominância dos setores de serviços e industrial e altos níveis de renda como Brunei Darussalan e Cingapura.

No entanto, constata-se certa similaridade no comportamento de variáveis macroeconômicas que indicariam condições para a formação de uma Área Monetária Ótima. Como é o caso das taxas de juros reais, que apresentam um comportamento homogêneo durante o período analisado para os países da ASEAN e ASEAN+3. Outras variáveis que apresentam maior confluência também são as

taxas de câmbio, fluxos de Investimento Estrangeiro Direto e até mesmo os níveis de preços nos anos mais recentes.

Após uma breve exposição dos principais indicadores macroeconômicos para região, nesta seção serão analisados alguns dos elementos indicados pela literatura para a formação de Áreas Monetárias Ótimas (AMO) para os países da ASEAN e ASEAN+3.

#### 4.3.1. MOBILIDADE DE FATORES: MERCADO DE TRABALHO

Pode-se afirmar que o mercado de trabalho é um dos pontos críticos em um processo de integração econômica, pois é um importante canal de distribuição de ganhos e perdas do processo. Essa distribuição seria responsável por afetar diretamente o balanço de ganhos de um processo de integração através das mudanças estruturais nas economias participantes, que por sua vez apresentam implicações sobre os níveis de produtividade regionais e os padrões de vida populacionais dentro do grupo. Além disso, é apontado pela teoria tradicional como um dos mais importantes meios de compensar desequilíbrios em regiões integradas.

Desde a concepção original de Mundell (1961), o mercado de trabalho apresenta-se como protagonista na formação de uma área monetária ótima, pois é através dele que ocorrem os ajustes necessários para manutenção das taxas de câmbio fixas em determinada região. Dessa forma, a livre mobilidade de trabalho aparece como um elemento crucial na formação de arranjos monetários em áreas integradas.

Do ponto de vista formal, a livre mobilidade da força de trabalho entre os países membros da ASEAN é apenas prevista para trabalhadores de alta qualificação. Tendo como referência o *ASEAN Framework Agreement on Services* de 1995, os atuais fluxos formais abrangem principalmente profissionais de alta qualificação como gestores e executivos acompanhando fluxos de Investimento Estrangeiro Direto, profissionais envolvidos em transferências internas de empresas e responsáveis pela condução de negócios (ILO & ADB, 2014).

Os principais mecanismos que garantem tais movimentações nos anos mais recentes, sob a perspectiva de desenvolvimento da Comunidade Econômica da ASEAN, são os Acordos de Reconhecimentos Mútuos (na sigla em inglês MRAs, *Mutual Recognition Arrangements*), assim como um mecanismo de equiparação das diferentes qualificações profissionais entre os membros do grupo, conhecido como

*ASEAN Qualifications Reference Framework*. No entanto, os MRAs ainda têm alcance limitado, abrangendo oito diferentes grupos de ocupações que representam até 1,4% da força de trabalho empregada no Associação, e a implementação deste tipo de acordo enfrenta grandes dificuldades, principalmente devido a grande heterogeneidade dos padrões educacionais, culturais e regulatórios observada dentro da ASEAN. A forma em que ocorrem suas negociações, normalmente marcada pela bilateralidade, também aparece como um fator que não favorece a agilidade neste tipo de entendimento na região (ILO & ADB, 2014).

Paralelamente, apesar de não previstos formalmente, fluxos de trabalhadores de baixa e média qualificação também são observados, representando os movimentos dominantes de migração de força de trabalho dentro da ASEAN e resultando na formação de um contingente de migrantes em situação irregular. Normalmente, esses fluxos são explicados pelos diferenciais de renda e salários encontrados dentro grupo, assim como pelos diferentes padrões demográficos existentes entre os países da Associação, responsáveis por disparidades estruturais entre a oferta e a demanda em seus respectivos mercados de trabalho (ILO & ADB, 2014; ABELLA & MARTIN, 2014).

A inexistência de medidas que abranjam a mobilidade de trabalho durante o processo de formação da Comunidade Econômica da ASEAN para postos de menor qualificação é justificada através de argumentos que trazem o aprofundamento da integração econômica da região como responsável por gerar maior eficiência produtiva e crescimento econômico, que, por sua vez, levariam ao aumento do comércio e a menor necessidade de migrações de mão de obra como fator de ajuste. A ausência de barreiras ao comércio permitiria um aumento no fluxo de capitais, que possuiria maior facilidade de movimentação em relação à força de trabalho, na direção de países com níveis salariais mais baixos e assim traria a oportunidade de ajustes nos níveis de emprego e salários responsáveis por reduzir as pressões migratórias. No entanto, esse é um fenômeno não amparado pela evidência empírica de curto prazo, segundo alguns autores, chegando a ocorrer o fenômeno inverso: um aumento das diferenças regionais através de pressões de aglomeração decorrentes de economias de escala entre os países mais industrializados e aqueles menos desenvolvidos (ABELLA & MARTIN, 2014; KRUGMAN (1991), BALDWIN & VENABLES (1995) *apud* ABELLA & MARTIN, 2014).



Dessa forma, a livre mobilidade formal do fator de produção trabalho dentro da Associação encontra-se restringida a determinado número de ocupações que não chegam a atingir parte significativa da força de trabalho empregada na região. No entanto, mesmo com restrições quanto a livre mobilidade da força de trabalho, esta ainda ocorre através de fluxos migratórios ilegais, principalmente entre países com maiores diferenciais de renda e diferentes condições em seus mercados de trabalho, dentro da ASEAN e ASEAN+3. Ao mesmo tempo, não existem previsões de alteração nessas condições durante o aprofundamento do processo de integração da ASEAN em curso, pois outros canais são destacados para compensar os desequilíbrios existentes.

#### 4.3.2. MOBILIDADE DE FATORES: FLUXO DE CAPITAIS

Ainda considerando a livre mobilidade de fatores de produção, outra importante variável na formação de áreas monetárias ótimas seria a livre mobilidade de fluxos de capitais. Assim como a mobilidade do fator trabalho, a livre mobilidade de capitais teria o papel de conter desequilíbrios em uma situação de taxas de câmbio fixas, seja através uma união monetária ou mesmo um arranjo monetário.

A livre mobilidade de capitais também pode atuar parcialmente como substituta à flexibilidade de preços e salários, através de melhores alternativas de financiamento e mais fácil acesso aos mercados de capitais externos trazidos nesta condição, assim aliviando grandes pressões de ajuste sobre os preços e o nível de emprego. No entanto, a livre mobilidade de capitais observada na realidade é baixa, sendo capaz de trazer seus efeitos compensatórios sobre choques apenas no longo prazo (BERGSTEN & PARK, 2002).

No que se refere a circulação de capitais direcionados à investimentos dentro da ASEAN, a partir de 1998 surge o *Framework Agreement on the ASEAN Investment Area (AIA)*. Tal medida seria responsável por trazer maior competitividade ao grupo no que refere a atração de investimento estrangeiro direto, tanto oriundo do interior da Associação quanto de outras origens, através de medidas que garantiriam a proteção, a facilitação e a promoção do investimento; e ainda a cooperação e a liberalização de investimentos entre os membros da Associação. Inicialmente, esses esforços concentram-se em setores prioritários e a

apresentam algumas exceções de acordo com os interesses individuais dos membros.

Segundo ASEAN Secretariat (2008), medidas visando compatibilizar os diferentes tratamentos a mobilidade das diversas formas de capitais permanecem descentralizados entre os membros da Associação, de forma que visem a atender suas possibilidades e interesses. Ao mesmo tempo em que indicaria caminhos na direção do relaxamento e remoção de medidas restritivas aos fluxos de pagamentos e transferências de transações em conta corrente, assim como também serviria como fonte de incentivos para medidas que promoveriam os fluxos de investimento estrangeiro direto e o desenvolvimento dos mercados de capitais, deixaria aberta para a análise individual de cada membro do grupo a efetivação de tais medidas. De uma forma geral, a direção das ações relacionadas à mobilidade de capitais dentro da ASEAN aparecem de forma um tanto quanto genéricas e não impositivas.

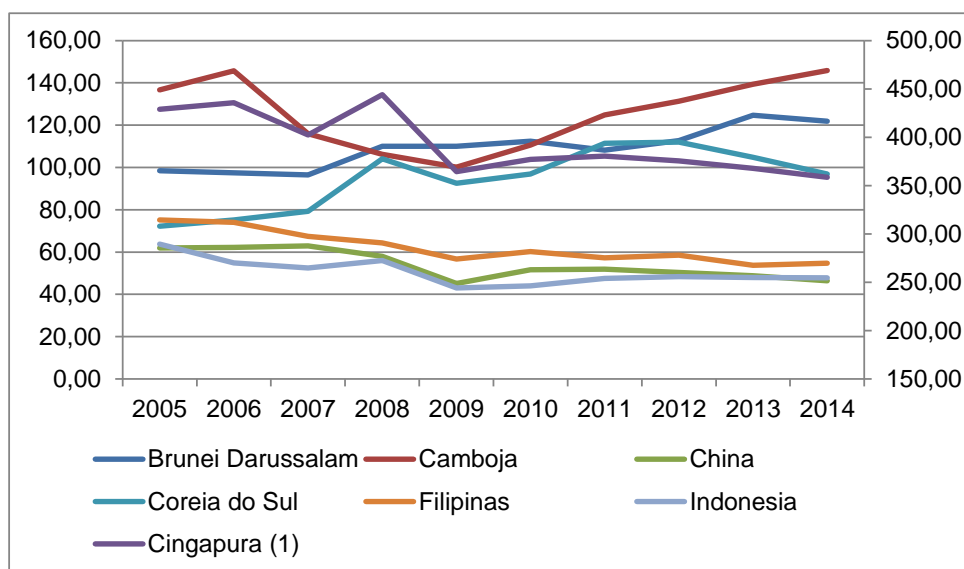
No que se refere aos controles empregados sobre operações com capitais pelos países da ASEAN, segundo International Monetary Fund (2014), a maior parte dos países possui elevado número de práticas em curso. Dentre os treze tipos de operações consideradas no documento, sete países possuem restrições sobre onze ou mais tipo de operações, enquanto os demais possuem controles sobre cinco ou menos tipos de operações envolvendo a movimentação de capitais. Entre os países com um maior número de restrições estão Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Tailândia e Vietnã, entre aqueles com um menor número de controles estão Brunei Darussalan, Camboja e Cingapura. Quando considerados os demais países que compõem a ASEAN+3 também se observa situação semelhante, enquanto China possui controles sobre doze das treze operações, Coreia do Sul e Japão possuem sobre cinco e duas, respectivamente.

#### 4.3.3. GRAU DE ABERTURA E COMÉRCIO REGIONAL

Contribuições posteriores a Mundell (1961), trouxeram os outros elementos de análise para a formação de Áreas Monetárias Ótimas, como é o caso de McKinnon (1963). O autor inclui ao referencial de análise o grau de abertura das economias participantes em potencial em uma AMO, segundo ele, quanto maior o grau de abertura, maior seria a capacidade de ajuste dessa economia, dada a influência dos preços externos sobre os preços internos.

O grau de abertura de uma economia pode ser avaliado pela soma de suas importações e exportações como proporção do seu PIB, considerando importações e exportações de bens e serviços. No caso, para os países da ASEAN, este indicador apresenta grandes diferenças para os países do grupo. Enquanto países como Cingapura, Camboja, Brunei Darussalan, Malásia, Tailândia e Vietnã apresentam valores acima de 100% dos seus respectivos Produtos Interno Bruto, no caso de Cingapura chegando a 350% no ano de 2014, os demais países chegam a apresentar valores inferiores à média mundial de aproximadamente 60%.

Gráfico 11 – Grau de Abertura de economias selecionadas da ASEAN e ASEAN+3, 2005-2014 (% do PIB)

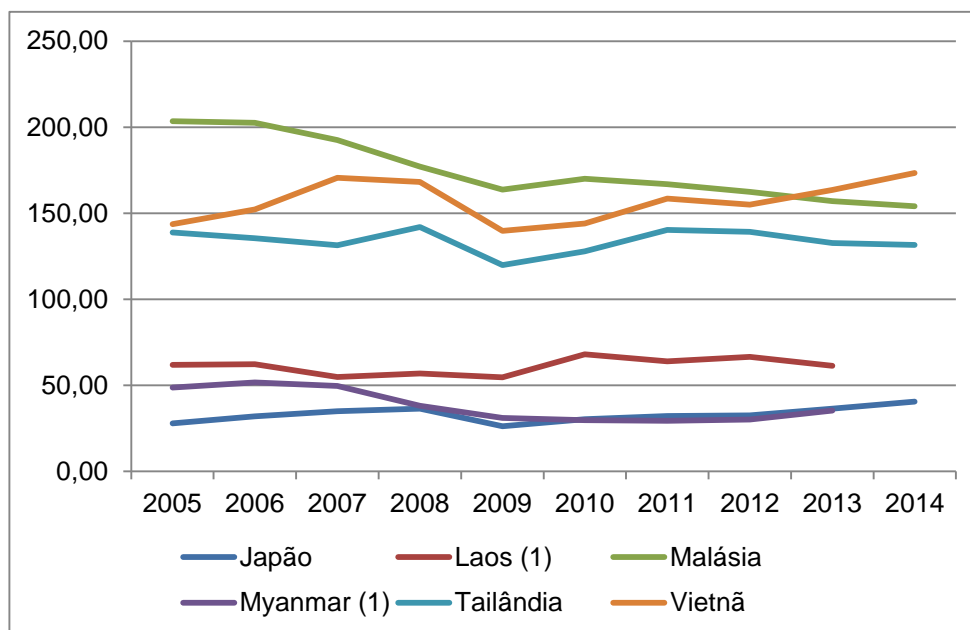


Fonte: Elaboração do autor com dados de UNCTADstat.

(1) Informações de Cingapura representadas no eixo direito do gráfico.

Quando também considerados os países da ASEAN+3, também notamos considerável diferença nos padrões de abertura das economias dos demais três países que a compõem. Enquanto Coreia do Sul apresenta valores superiores a 100% nos últimos anos, China e Japão apresentam valores inferiores à média mundial, ambos atingindo patamares pouco superiores a 40%.

Gráfico 12 – Grau de Abertura de economias selecionadas da ASEAN e ASEAN+3, 2005-2014 (% do PIB)

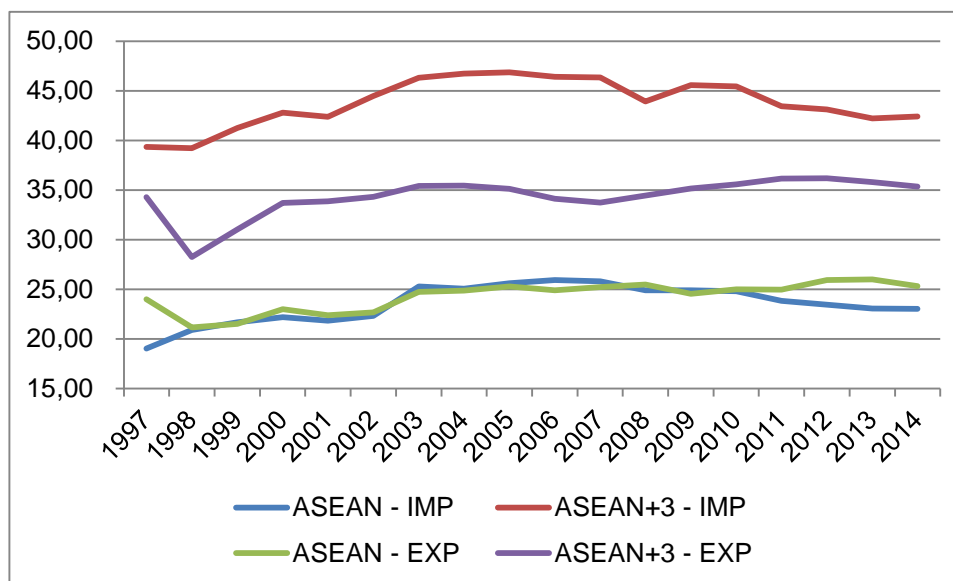


Fonte: Elaboração do autor com dados de UNCTADstat.

(1) Dados de Laos e Myanmar indisponíveis para o ano de 2014.

Outra importante variável de análise seria a intensidade das relações comerciais entre os países candidatos a composição de uma AMO. Além de avaliar a questão da capacidade de ajustamento para possíveis desequilíbrios, esse indicador também traz informações sobre potenciais impactos da formação de um arranjo monetário, no sentido de quanto maior a importância do comércio intraregional, maiores seriam os prováveis benefícios do aprofundamento do processo de integração deste grupo. Os dados para ASEAN mostram que aproximadamente um quarto das exportações e importações são realizadas dentro da própria Associação. Quando o grupo de análise é ampliado para a ASEAN+3, as participações das importações e exportações dentro do grupo aumentam para aproximadamente 42% e 35%, respectivamente.

Gráfico 13 – Exportações e Importações Intragrupo, 1997-2014 (% das exportações, % das importações)



Fonte: Elaboração do autor com dados de UNCTADstat.

Ainda no que se refere a análise dos potenciais benefícios implícitos ao aprofundamento da integração, Michaelys (1996) apresenta um indicador de complementaridade entre as estruturas exportadoras e importadoras de diferentes países. Este índice considera o perfil de exportação de um determinado país ou grupo de países com o perfil de importações de outro país, no sentido de que as exportações de um país sobrepõem-se com as importações de outro. Este indicador possui uma margem de variação entre 0 a 1, com 0 indicando uma falta de correspondência entre a estrutura de exportação de um país com a estrutura importadora de outro, enquanto 1 indicaria um combinação perfeita entre as duas estruturas<sup>1</sup>. Dessa forma, uma alta complementaridade poderia indicar um elevado potencial de aumento no comércio entre dois países através da formação ou mesmo através do aprofundamento de um processo de integração entre estes dois países.

Considerando os dados deste indicador para os países da ASEAN e ASEAN+3 referentes ao ano de 2014, as informações observadas encontram-se na Tabela 6, apresentada a seguir. Na primeira coluna encontram-se apresentados os

<sup>1</sup>O indicador utiliza como referência de classificação os três primeiros dígitos da terceira revisão do *Standard International Trade Classification* (SITC). Ele se encontra estruturado da seguinte forma:  $Se_jm_k = 1 - \frac{\sum_{ij} |E_{ij} - M_{ik}|}{2}$ , onde:  $Se_jm_k$  representa o índice de complementaridade do exportador  $j$  com o importador  $k$ ;  $i$  representa um grupo de bens de acordo com os três dígitos da terceira revisão da SITC;  $E_{ij}$  representa a participação dos bens  $i$  no total de exportações do país  $j$  para o mundo; e  $M_{ik}$  a participação dos bens do grupo  $i$  no total de importações do país  $k$  em relação ao mundo.

países membros da ASEAN e ASEAN+3 na condição de importadores e nas demais colunas encontram-se os países na condição de exportadores, considerando a faixa de complementaridade quando comparados com cada um dos países importadores.

Os dados mostram a predominância da média complementariedade entre a grande maioria dos países, as exceções correspondem aos casos de Brunei Darussalan, Camboja, Laos e Myanmar que possuem uma baixa complementaridade entre as suas estruturas importadoras e as exportadoras de todos os demais países. A baixa similaridade entre as estruturas importadoras de outros países e de Brunei Darussalan, Camboja, Laos e Myanmar também é observada quando estes são comparados com Japão, Filipinas, Indonésia e Vietnã, o que poderia indicar que a facilitação do comércio trazida por um arranjo monetário no grupo, por exemplo, pode não trazer benefícios significativos para estes países.

Tabela 6 – Complementaridade entre estruturas exportadoras e importadoras dos países das ASEAN e ASEAN+3, 2014.

	Baixa Complementaridade ( $ic < 0,3$ )	Média Complementaridade ( $0,3 < ic < 0,7$ )	Alta Complementaridade ( $0,7 < ic$ )
Brunei Darussalam	Camboja, Cingapura, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Tailândia, Vietnã, China, Coreia do Sul e Japão	-	-
Camboja	Brunei Darussalan, Cingapura, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Tailândia, Vietnã, China, Coreia do Sul e Japão	-	-
Cingapura	-	Brunei Darussalan, Camboja, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Tailândia, Vietnã, China, Coreia do Sul e Japão	-
Filipinas	Camboja e Myanmar	Brunei Darussalan, Cingapura, Indonésia, Laos, Malásia, Tailândia, Vietnã, China, Coreia do Sul e Japão	-
Indonésia	Brunei Darussalan, Camboja e Laos	Cingapura, Filipinas, Malásia, Myanmar, Tailândia, Vietnã, China, Coreia do Sul e Japão	-
Laos	Brunei Darussalan, Camboja, Cingapura, Filipinas, Indonésia, Malásia, Myanmar, Tailândia, Vietnã, China, Coreia do Sul e Japão	-	-
Malásia	-	Brunei Darussalan, Camboja, Cingapura, Filipinas, Indonésia, Laos, Myanmar, Tailândia, Vietnã, China, Coreia do Sul e Japão	-
Myanmar	Brunei Darussalan, Camboja, Cingapura, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Tailândia, Vietnã, China, Coreia do Sul e Japão	-	-
Tailândia	-	Brunei Darussalan, Camboja, Cingapura, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Vietnã, China, Coreia do Sul e Japão	-
Vietnã	Camboja, Laos e Myanmar,	Brunei Darussalan, Cingapura, Filipinas, Indonésia, Malásia, Tailândia, China, Coreia do Sul e Japão	-
China	-	Brunei Darussalan, Camboja, Cingapura, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Tailândia, Vietnã, Coreia do Sul e Japão	-
Coreia do Sul	-	Brunei Darussalan, Camboja, Cingapura, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Tailândia, Vietnã, China e Japão	-
Japão	Camboja	Brunei Darussalan, Cingapura, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Tailândia, Vietnã, China e Coreia do Sul	-

Fonte: Elaboração do autor com dados de UNCTADstat.

#### 4.3.4. CONVERGÊNCIA DE INDICADORES MACROECONÔMICOS

Nesta seção, são verificadas correlações de taxas de crescimento e do deflator do PIB entre os diferentes países da ASEAN e ASEAN+3. Estas análises permitem verificar a convergência macroeconômica entre os diferentes países membros destes grupos. Nesse sentido, resultados com maior confluência dessas variáveis entre os países candidatos a formação de um arranjo de integração monetária indicariam maior proximidade das condições para formação de uma Área Monetária Ótima. No entanto, este tipo de análise não permite e também não tem como objetivo estabelecer relações de causalidade entre as variáveis.

Foram obtidos os coeficientes de correlação para a taxa de crescimento do PIB e para o deflator do PIB para cada par de países que compõem a ASEAN e ASEAN+3. Estas correlações podem variar entre -1 e +1: correlações negativas, resultados entre -1 e 0, indicam a existência de movimentos opostos entre as variáveis analisadas; enquanto correlações positivas, com valores superiores a 0 até +1, indicam movimentos similares entre as variáveis. Dessa forma, os resultados obtidos nas correlações foram agrupados em três categorias: alta correlação, quando o valor obtido é igual ou superior a 0,8; média correlação, quando o resultado da correlação é igual ou superior a 0,4 e menor que 0,8; e baixa correlação, quando o valor obtido é menor que 0,4, aqui nesta última categoria também estão considerados as correlações negativas.

Foram utilizados dados das variáveis taxa de crescimento do PIB e do deflator do PIB para os treze países da ASEAN+3, abrangendo o período de 1997 a 2014, para realização das correlações cujos resultados encontram-se apresentados nas Tabelas 7 e 8 a seguir e apresentados com maior detalhamento no apêndice deste trabalho.

No que se refere aos coeficientes de correlação encontrados com dados das taxas de crescimento do PIB, destaca-se a alta correlação observada entre Coreia do Sul e Malásia, indicando grande similaridade no comportamento dessa variável entre os dois países. Outros resultados relevantes são observados para Cingapura, Camboja, Tailândia e Japão, estes países apresentaram médias correlações com um significativo número de países do grupo. No lado oposto, China, Vietnã, Laos e Brunei Darussalan apresentaram baixas correlações com um elevado número de



países. Casos de correlação negativa foram obtidas entre: Brunei Darussalan e Myanmar; Brunei Darussalan e Laos; e Filipinas e Laos.

Tabela 7 – Correlação entre taxas de crescimento do PIB real entre economias da ASEAN e ASEAN+3, 1997-2014.

	Baixa Correlação (icorrel < 0,4)	Média Correlação (0,4 ≤ icorrel < 0,8)	Alta Correlação (icorrel ≥ 0,8)
Brunei Darussalam	Cingapura, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Vietnã, China e Japão	Camboja, Myanmar, Tailândia e Coreia do Sul	-
Camboja	Filipinas, Indonésia, Laos e China	Brunei Darussalam, Cingapura, Malásia, Myanmar, Tailândia, Vietnã, Japão e Coreia do Sul	-
Cingapura	Brunei Darussalam e Myanmar	Camboja, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Tailândia, Vietnã, China, Coreia do Sul e Japão	-
Filipinas	Brunei Darussalam, Camboja, Myanmar, Vietnã e China	Cingapura, Indonésia, Laos, Malásia, Tailândia, Coreia do Sul e Japão	-
Indonésia	Brunei Darussalam, Camboja, Myanmar, Vietnã, China e Japão	Cingapura, Filipinas, Laos, Malásia, Tailândia e Coreia do Sul	-
Laos	Brunei Darussalam, Camboja, Myanmar, Vietnã, China, Coreia do Sul e Japão	Cingapura, Filipinas, Indonésia, Malásia e Tailândia	-
Malásia	Brunei Darussalam, Myanmar, Vietnã, China	Camboja, Cingapura, Filipinas, Indonésia, Laos, Tailândia, Coreia do Sul e Japão	Coreia do Sul
Myanmar	Cingapura, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia e Japão	Brunei Darussalam, Camboja, Tailândia, Vietnã, China e Coreia do Sul	-
Tailândia	Vietnã e China	Brunei Darussalam, Camboja, Cingapura, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Coreia do Sul e Japão	-
Vietnã	Brunei Darussalam, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Tailândia e Coreia do Sul	Camboja, Cingapura, Myanmar, China e Japão	-
China	Brunei Darussalam, Camboja, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Tailândia, Coreia do Sul e Japão	Myanmar, Cingapura e Vietnã	-
Coreia do Sul	Laos, Vietnã e China	Brunei Darussalam, Camboja, Cingapura, Filipinas, Indonésia, Malásia, Myanmar, Tailândia e Japão	Malásia
Japão	Brunei Darussalam, Indonésia, Laos, Myanmar e China	Camboja, Cingapura, Filipinas, Malásia, Tailândia, Vietnã e Coreia do Sul	-

Fonte: Elaboração do autor com resultado de pesquisa e dados de UNCTADstat.

Entre as correlações realizadas com dados do deflator do PIB para os treze países, destaca-se a alta correlação observada para a variável entre Indonésia e Filipinas. Outros países que também se destacam por apresentarem um significativo número de correlações de grau médio foram Camboja, Malásia e Tailândia. Por outro lado, entre os países cujos coeficientes de correlação em relação aos demais apresentaram um elevado número de correlações negativas para essa variável encontram-se Brunei Darussalan, Cingapura e Japão.

Tabela 8 – Correlação entre os deflatores do PIB de economias da ASEAN e ASEAN+3, 1997-2014.

	Baixa Correlação (icorrel < 0,4)	Média Correlação (0,4 ≤ icorrel < 0,8)	Alta Correlação (icorrel ≥ 0,8)
Brunei Darussalam	Camboja (1), Cingapura, Filipinas (1), Indonésia (1), Laos, Myanmar (1), Tailândia (1), Coreia do Sul (1) e Japão (1)	Malásia, Vietnã e China	-
Camboja	Brunei Darussalan (1), Cingapura (1), Laos, China, Coreia do Sul e Japão	Filipinas, Indonésia, Malásia, Myanmar, Tailândia e Vietnã	-
Cingapura	Brunei Darussalan, Camboja (1), Filipinas, Indonésia (1), Laos (1), Malásia (1), Myanmar (1), Tailândia, Vietnã, Coreia do Sul (1) e Japão	China	-
Filipinas	Brunei Darussalan (1), Cingapura (1), Vietnã, China (1) e Japão	Camboja, Laos, Malásia, Myanmar, Tailândia e Coreia do Sul	Indonésia
Indonésia	Brunei Darussalan (1), Cingapura (1), Myanmar, Vietnã, China (1) e Japão	Camboja, Filipinas, Laos, Malásia, Tailândia e Coreia do Sul	Filipinas
Laos	Brunei Darussalan, Camboja, Cingapura (1), Malásia, Myanmar, Tailândia (1), Vietnã (1), China (1), Coreia do Sul (1) e Japão	Indonésia e Filipinas	-
Malásia	Cingapura, Filipinas, Laos, Myanmar (1), Coreia do Sul e Japão (1)	Brunei Darussalan, Camboja, Indonésia, Tailândia, Vietnã e China	-
Myanmar	Brunei Darussalan (1), Cingapura (1), Indonésia, Laos, Malásia (1), Tailândia, Vietnã (1), China (1) e Japão (1)	Camboja, Filipinas e Coreia do Sul	-
Tailândia	Brunei Darussalan (1), Cingapura, Laos (1), Myanmar, Vietnã, China e Japão	Camboja, Filipinas, Indonésia, Malásia e Coreia do Sul	-
Vietnã	Cingapura, Filipinas, Indonésia, Laos (1), Myanmar (1), Tailândia, Coreia do Sul e Japão (1)	Brunei Darussalan, Camboja, Malásia e China	-
China	Camboja, Filipinas (1), Indonésia (1), Laos (1), Myanmar (1), Tailândia, Coreia do Sul e Japão (1)	Brunei Darussalan, Cingapura, Malásia e Vietnã	-
Coreia do Sul	Brunei Darussalan (1), Camboja, Cingapura (1), Laos (1), Malásia, Vietnã, China e Japão	Filipinas, Indonésia, Myanmar e Tailândia	-
Japão	Brunei Darussalan (1), Camboja, Cingapura, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia (1), Myanmar (1), Tailândia, Vietnã (1), China (1) e Coreia do Sul	-	-

Fonte: Elaboração do autor com resultado de pesquisa e dados de UNCTADstat.  
(1) Correlação negativa.

Ao analisar a similaridade do comportamento de variáveis macroeconômicas como taxas de crescimento do PIB e o deflator do PIB entre os países da ASEAN e ASEAN+3 é possível verificar a existência de diversos níveis de convergência, enquanto países como Camboja, Malásia e Tailândia apresentam maior confluência aos movimentos comuns observados, quando considerados os números de países com os quais estes apresentam correlações de grau médio ou superior; outros como Brunei Darussalan, Laos e China apresentam menor aderência aos movimentos comuns quando considerados os mesmo critérios.

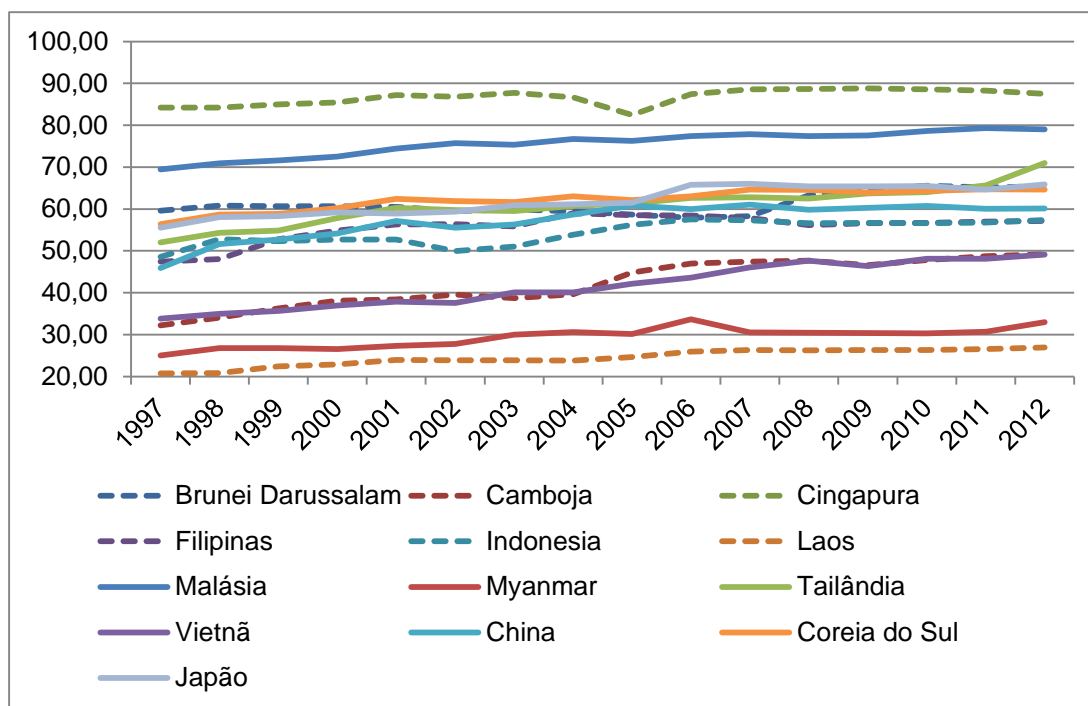
#### 4.4. CONVERGÊNCIA POLÍTICA, SOCIAL E CULTURAL

Os processos de integração também envolvem fatores mais subjetivos como aspectos políticos, sociais e culturais, que possuem tanta importância quanto aqueles de cunho econômico.

Baseado nos trabalhos de Dreher (2006) e Dreher, Gaston e Martens (2008), o Índice de Globalização KOF é um indicador que contem em sua estrutura variáveis relacionadas aos aspectos econômico, social, cultural e político, como fluxos de comércio, de informação, de turismo, de migração, a presença de representações internacionais, a participação em organismos internacionais, a adesão a tratados internacionais, entre outras variáveis selecionadas com o objetivo de representar os diversos aspectos envolvidos nas relações entre países.

Dessa forma, este indicador de globalização reforça a análise de aspectos econômicos já abordados e também agrega os elementos políticos e sociais para avaliação da semelhança entre os diversos países que compõem a Associação e a ASEAN+3. Neste caso, valores mais próximos podem indicar maior proximidade entre os países, o que segundo a teoria tradicional pode representar maior facilidade em um processo de integração monetária.

Gráfico 14 – Índice de Globalização para países da ASEAN e ASEAN+3, 1997-2012.



Fonte: Elaboração do autor com dados de KOF Index of Globalization.

Através do Gráfico 16, apresentado acima, são observadas significativas diferenças entre os países ASEAN. Pode-se dividir os países em três categorias: aqueles com o indicador de globalização mais elevado, Cingapura e Malásia; aqueles que apresentam um nível médio de globalização, Brunei Darussalan, Filipinas, Indonésia, Tailândia e mesmo os países da ASEAN+3; e os países com um indicador de globalização em patamares mais baixos, Camboja, Laos, Myanmar e Vietnã.

Através dessa divisão é possível verificar que os países conhecidos pela CMLV apresentam valores mais baixos para o indicador e ainda permanecem em uma posição mais distante em relação aos demais, apesar dos movimentos recentes na direção do aqui chamado “nível médio de globalização”, observados particularmente entre Vietnã e Camboja. Outra relevante informação obtida através deste índice é a proximidade de um número considerável de países em patamares médios, inclusive China, Coreia do Sul e Japão.

Outro trabalho que traz contribuições no campo da análise de integração de regiões no que se refere à similaridade de aspectos políticos e culturais é Capannelli, Lee e Petri (2009). Neste trabalho, os autores apresentam indicadores para avaliação da convergência de interesses políticos, similaridade de instituições políticas e semelhança religiosa.

No que se refere a convergência dos interesses políticos, os autores utilizam como base o padrão de votação de países na Assembleia Geral da ONU, assim assumem que quanto maior a conformidade dos padrões de votação, maior seria a semelhança dos interesses políticos no grupo. São utilizados três períodos para avaliação, os padrões de votação nos anos 1960, 1980 e 2000. Quando avaliada a similaridade entre os países da ASEAN, esta demonstra uma crescente convergência ao longo dos anos, atingindo patamares semelhantes àqueles observados na União Europeia. Quando ampliada a avaliação para a ASEAN+3, o grau de convergência entre os países do grupo também apresentam um crescimento ao longo do período analisado, no entanto, em menores níveis do que aqueles observados entre os dez membros da ASEAN. Diferença explicada pelo desencontro nos padrões de votação de Japão e Coreia do Sul frente àqueles observados juntos aos dez países membros da ASEAN e China.

No que se refere à similaridade das instituições políticas são avaliados fatores políticos que afetam o processo de negociação e cooperação entre os países, neste caso as similaridades entre regimes políticos dos países dentro de um mesmo grupo, que podem variar entre uma completa autocracia até uma completa democracia. Com base nesse critério, o indicador reflete uma maior diversidade de regimes políticos entre os seus membros do que outros grupos, quando ampliado o grupo de análise para a ASEAN+3, o indicador assinala uma diversidade ainda maior de regimes. Considerando o período de análise, o indicador apresentou discreto avanço entre os anos 1960 e 2000, apesar de um temporário acréscimo no indicador, apontando maior similitude entre os países do grupo, nos anos 1980.

Por fim, no trabalho de Capannelli, Lee e Petri (2009) a proximidade cultural entre os diferentes países que integram blocos integrados ou em processo de integração é analisada através de um indicador que considera as semelhanças religiosas entre os diferentes países. Através desse indicador, também é observada uma grande diversidade entre os países ASEAN, que chega ser levemente atenuada quando o mesmo é reproduzido para os países da ASEAN+3.

#### 4.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre a formação de um arranjo monetário no âmbito da ASEAN remonta o final da década de 1990, quando logo após a chamada Crise dos Países Asiáticos diversas iniciativas de cooperação financeira começaram a ganhar maior

importância visando propiciar maior estabilidade às economias da região. Ao mesmo tempo, os indicativos de sucesso da então recente experiência europeia de implantação do padrão monetário europeu, o Euro, trazia maior força ao debate de uma experiência semelhante também no nível da ASEAN.

Nesse sentido, com o avanço do processo de integração econômica no âmbito da Associação nos últimos anos, na direção da formação de uma Comunidade Econômica no grupo até o presente ano, traz consigo a questão do aprofundamento desse processo na esfera monetária e financeira. Dados os avanços observados no que trata da cooperação financeira no âmbito da ASEAN+3, julga-se pertinente ampliar a análise de um processo de integração monetária também ao nível deste grupo.

Considerando as diversas variáveis analisadas nesse capítulo, observa-se uma significativa heterogeneidade entre os membros da ASEAN+3, desde indicadores relacionados aos níveis de desenvolvimento individual de cada membro. No entanto, é possível também identificar movimentos de variáveis na direção de padrões mais uniformes, como é o caso das taxas de juros reais, os níveis de preços considerando índices de preços ao consumidor e até mesmo dos níveis de globalização. Além disso, significativos níveis de convergência macroeconômica são observáveis quando analisados dados das taxas de crescimento do PIB.

## 5. CONCLUSÃO

Este trabalho visou analisar o processo de integração monetária e financeira no âmbito da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN, na sigla em inglês). Para isso, inicialmente foram verificados os principais aspectos que envolvem os processos de integração econômica segundo a literatura da área, apresentados as diversas etapas observadas nestes processos, suas características e também os incentivos e os desincentivos ao seu desenvolvimento. No que se referem aos processos de integração e cooperação monetária e financeira, diversos mecanismos podem ser observados, desde acordos de pagamentos e compensações até uniões monetárias. Além disso, esses processos acabam por abarcar uma grande diversidade de aspectos na sua formação, não se limitando apenas a aspectos econômicos, mas também de ordem política.

Como um fenômeno empírico, os processos de integração econômica emergiram com maior vigor a partir da década de 1990. Estes vieram não apenas atender objetivos ligados ao crescimento e desenvolvimento econômico, mas principalmente atender esforços ligados à manutenção da estabilidade, buscando auxiliar na suavização dos ciclos econômicos através da intensificação do comércio e até mesmo através da utilização de outras variáveis mais complexas, como os fluxos de capitais e de força de trabalho. No caso da ASEAN, a chamada Crise Asiática do final da década de 1990 veio a servir como um importante marco para ampliação do escopo de seu processo de integração e também para a utilização de mecanismos de cooperação em direção aos objetivos de desenvolvimento das economias da região com maior solidez e segurança.

A partir deste ponto de inflexão, diversos mecanismos e iniciativas de integração e cooperação financeira surgiram nos anos seguintes entre os países da ASEAN e também da ASEAN+3, denominação então criada para abranger os países envolvidos nos esforços de cooperação na região. Entre as iniciativas de cooperação destacam-se a criação de um mercado de bônus locais, a Iniciativa Chiang Mai e o AMRO, sendo estas duas últimas merecedoras de maior atenção, dados os seus papéis no contexto de cooperação na região. A primeira, a Iniciativa Chiang Mai, surgida a partir de uma série de acordos bilaterais de *swaps* cambiais entre os países da região, que alguns anos mais tarde foram convertidos em um arranjo multilateral visando proporcionar liquidez em momentos de necessidade aos

treze países participantes do acordo. A segunda iniciativa, o ASEAN+3 *Macroeconomic Research Office* (AMRO), foi uma instituição criada nos anos mais recentes com o objetivo de servir de apoio às nações da ASEAN+3, atuando no monitoramento e análise das economias da região e também contribuindo na identificação de riscos. Além disso, esta instituição tem como atribuição trazer com rapidez medidas para correção de vulnerabilidades e também contribuir para ações realizadas através da Iniciativa Chiang Mai.

O avanço do processo de integração e cooperação na região no período imediatamente posterior a chamada Crise Asiática trouxe consigo a perspectiva de aprofundamento do processo para a formação de um arranjo monetário visando à fixação das taxas de câmbio na região, possivelmente culminando em seguida na formação de uma moeda comum ao grupo. Nesse sentido, ao final da década de 1990, com o avanço dos acordos bilaterais que culminariam na Iniciativa Chiang Mai e os promissores progressos na criação do Euro no continente europeu, diversos trabalhos surgiram discutindo tal possibilidade.

No sentido de avaliar a possibilidade deste aprofundamento no processo de integração monetária do grupo no que se trata dos aspectos econômicos envolvidos, neste trabalho foram verificadas as condições de integração segundo o referencial teórico trazido pela Teoria das Áreas Monetárias Ótimas (TAMO), principalmente. Aspectos ligados à similaridade social e política dos países em questão também foram considerados. Nesta análise foram considerados todos os treze países da ASEAN+3, dado que os avanços mais significativos no que trata da cooperação financeira nos últimos anos se deram neste grupo.

A ASEAN por si só mostra-se marcada por um elevado grau de heterogeneidade quando se analisa a estrutura dos seus países integrantes: nações com populações pequenas, altos níveis de renda e com uma estrutura econômica direcionada para os setores industrial e de serviços, como Cingapura e Brunei Darussalan, figurando ao lado de países com elevados contingentes populacionais, menores níveis de renda e ainda apresentando importante participação do setor agrícola em suas economias, como Laos e Myanmar. Ainda, quando se considera os demais membros da ASEAN+3, a heterogeneidade em termos de níveis de renda e de tamanho populacional continua; Japão e Coreia do Sul com níveis de renda mais elevados e também níveis populacionais relativamente menores quando comparados com China.



Quando analisados os dados das diversas variáveis macroeconômicas para os treze países do grupo, também é possível notar significativa heterogeneidade no grupo. No entanto, também é possível observar movimentos dessas mesmas variáveis na direção de padrões mais uniformes entre os países do grupo nos últimos anos do período analisado e inclusive identificar níveis significativos de convergência macroeconômica quando comparadas as taxas de crescimento do produto na região.

Ao analisar elementos de similaridade cultural e política na região, nota-se uma grande heterogeneidade em relação ao primeiro e relativa similaridade no segundo aspecto. De uma maneira geral, aqueles países de entrada mais recente no grupo, os chamados CMLV, aparecem como aqueles que apresentam maiores diferenças em relação aos demais membros da Associação e ainda, entres estes, Laos e Myanmar apresentam um maior distanciamento do grupo como um todo.

Ademais, considerando os critérios trazidos pela TAMO, a região possui um considerável nível de comércio intrarregional, quando comparados a outros blocos, um elevado grau de abertura de suas economias e uma significativa complementaridade entre as estruturas de comércio da maior parte de seus membros, variáveis importantes do ponto de vista teórico para a realização de ajustes em uma situação de câmbio fixo. No que se refere à mobilidade de fatores, traz a previsão de medidas que facilitem a livre circulação de capitais relacionados a investimentos e também de força de trabalho. No entanto, do ponto vista legal, essas medidas relacionadas à livre mobilidade de trabalho ainda abrangem uma pequena parcela da força de trabalho da região, comprometendo de forma intencional a utilização desta com uma variável de ajuste conforme argumentado por Mundell (1961).

Mesmo com as perspectivas de concretização da chamada “Comunidade da ASEAN” até o final deste do ano de 2015, quando se prevê a formação de uma região econômica altamente competitiva, integrada à economia global e com níveis equitativos de desenvolvimento, além da formação de um mercado único e de uma base produtiva na região, nesse momento não é possível notar esforços específicos na direção de um maior aprofundamento do processo de integração monetária no que se refere à criação de uma moeda comum à Associação. Ainda que tal objetivo pudesse representar a plenitude do processo de integração na região.

Além disso, a estrutura política encontrada atualmente no grupo, sem um órgão de coordenação supranacional capaz de monitorar e aplicar sanções, assim como também responsável por buscar a coesão na direção de um processo como esse, colocaria dúvidas quanto à capacidade de organização de uma estrutura tão complexa como aquela necessária para um projeto de formação de uma moeda comum. Desse modo, o atual modelo de condução política do processo de integração na região, baseado em instituições centralizadas com limitado poder e uma ampla variedade de mecanismos que reforçam a autonomia e soberania de cada um dos países, é frequentemente visto como ineficiente.

Outro fator relevante que emerge no contexto regional, com implicações sobre o processo de integração monetária na região, decorre das medidas tomadas nos últimos anos pelo governo chinês com o objetivo de internacionalização do *renminbi* (*yuan*). A influência chinesa na região, não só como um dos mais importantes membros da ASEAN+3, mas também pelo seu poder econômico e político, seria outro fator decisivo para o sucesso de um projeto de formação de um arranjo monetária entre os membros da Associação.

Dessa forma, as questões políticas inerentes ao processo de integração monetária na região colocam-se como uma questão chave para o seu aprofundamento, sobrepondo-se àquelas de caráter econômico. Mesmo com a integração no grupo caminhando para formação até o final do ano de 2015 de um mercado único na região, sob a égide da “Comunidade da ASEAN”, a integração monetária na região não aparece como um objetivo no curto prazo.

## 6. REFERÊNCIAS

ABELLA, M.; MARTIN, P.; **Reaping the economic and social benefits of labour mobility: ASEAN 2015**. ILO Asia-Pacific Working Papers Series. Bangkok: ILO Regional Office for Asia and the Pacific, 2014.

ADB; ILO; **ASEAN community 2015: Managing integration for better jobs and shared prosperity**. Bangkok: International Labour Organization e Asian Development Bank, 2014.

ADB. **ASEAN 2030: Toward a borderless economic community**. Toquio: Asian Development Bank Institute, 2014.

AMAL, M.; SEABRA, F. Determinantes do Investimento Direto Externo (IDE) na América Latina: uma perspectiva institucional. **Economia**. Brasília, v.8, n.2, p.231–247, maio/ago 2007.

ASEAN. **The ASEAN Declaration** (Bangkok Declaration). Bangkok, Association of Southeast Asian Nations, 1967.

ASEAN Secretariat. **ASEAN Economic Community Blueprint**. Jakarta: The ASEAN Secretariat. 2008.

Asian Development Bank. **ASEAN+3 bond market guide**. Filipinas, Asian Development Bank, 2012.

ALESINA, A.; BARRO, R. J.; TENREYRO, S. **Optimal currency areas**. Working Papers, n. 1958, Harvard: Institute of Economic Research, 2002.

ALESINA, A.; BARRO, R. J. **Currency unions**. Working Papers, n. 7927, Harvard: Institute of Economic Research, 2000.

AMADO, A. M.; MOLLO, M. L. R. Ortodoxia e heterodoxia na discussão sobre integração regional: a origem do pensamento da CEPAL e seus desenvolvimentos posteriores. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 34, n. 1, p. 129-156. jan./mar. 2004.

BALASSA, B. **Teoria da integração econômica**. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1961.

BALDWIN, R.; VENABLES, A.J. Regional economic integration. In: GROSSMAN, G.; ROGOFF, K. (orgs.). **Handbook of International Economics Vol. 3**. North Holland: Amsterdã, 1995.

BAYOUMI, T.; EICHENGREEN, B.; MAURO, P.. On regional monetary arrangements for ASEAN. **Journal of the Japanese and International Economies**. Junho, 2000.

BAYOUMI, T.; MAURO, P.. **The suitability of ASEAN for a regional currency arrangement**. IMF Working Paper. Dezembro, 1999.

BAUMANN, R; CANUTO, O; GONÇALVES, R.. Economia Internacional: Teoria e experiência brasileira. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2004.

BAUMANN, R; MUSSI, C. Cooperação monetária e financeira: o que é bom para a Ásia também é para a América Latina? **Revista de Economia Política**, v. 31, nº 1(121), pp. 77-97, 2011.

BERGSTEN, C.F.; PARK, Y.C.. **Toward creating a regional monetary arrangement in East Asia**. ADB Institute Research Paper 50. Dezembro. Tóquio: Asian Development Bank Institute, 2002.

BICHARA, J.S.; CUNHA, A. M.; LÉLIS, M.T.C. Integración monetária y financeira em América del Sur y Asia. **Latin American Research Review**, v. 43, p.84-112, 2008.

BOURGUINAT, H. Maastricht et la théorie de zones monétaires optimales. **Revue Française d'Economie**, p. 1-26, 1992.

CAPANNELLI, G. **The ASEAN economy in the regional context: Opportunities, challenges, and policy options**. ADB Working Paper Series on Regional Economic Integration, no. 145. Dezembro. Manila: Asian Development Bank, 2014.

CAPANNELLI, G; LEE, J.; PETRI, P. **Developing indicators for regional economic integration and cooperation**. ADB Working Paper Series on Regional Economic Integration, n. 33, September. Manila: Asian Development Bank, 2009.

CHICK, V.; DOW, S.C. A post-keynesian perspective on the relation between Banking and Regional Development. In: ARESTIS, P. (ed), **Post keynesian monetary economics**. Aldershot, 1988.

CHICK, V.; DOW, S.C. Regulation and differences in financial institutions. *Journal of Economic Issues*, v. XXX, n. 2, 1996.

COHEN, B. J.; CHIU, E.M.P. **Power in a changing world economy: lessons from East Asia**. Nova York: Routledge, 2014.

COOPER, R. Worldwide versus regional integration: the optimum size of the integrated area. In: MATCHLUP, F. (org.). **Economic integration, worldwide, regional, sectoral**. Londres: [s.n.], 1977.

CORDEN, W. M. Monetary Integration. **Essays in International Finance**. Princeton, n. 93, 1972.

CRAWFORD, J.A.; FIORENTINO, R.V. **The changing landscape of regional trade agreements**. WTO Discussion Paper No 8. Geneva, Switzerland: World Trade Organization, 2005.

CUNHA, A.M. A Integração Asiática depois da crise financeira global. **Análise Econômica**, ano 29, n. 55, p. 33-60, 2011.

CUNHA, A. M. Integração monetária e financeira em condições periféricas: as experiências recentes de Ásia e América Latina. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 3, p. 179-212, 2008.

CULPEPER, R. Reforma de la arquitectura financiera mundial: el potencial de las instituciones regionales.. In: OCAMPO, José A. (Org.) **Cooperación financiera regional**. Chile: CEPAL, capítulo IV, p. 131-161, 2006.

DE BRUNHOFF, S. L'euro, um compromiss pour une Europe des marches. In: **La monnaie unique em débat**. Paris: Syros, 1997.

DE BRUNHOFF, S. Which Europe do we need now? Which can we get? In: BELLOFIORE, R. (ed), **Global money, capital restructuring and the changing patterns of labour**. Cheltenham/Northampton: Edward Elgar, 1999.

DOW, S. The regional composition of the money multiplier process. **Scottish Journal of Political Economy**, v. 29, n. 1, 1982.

DOW, S. The treatment of money in regional economics. **Journal of Regional Science**, v.27, n. 1, 1987.

DOW, S. **Financial markets and regional economic development**: the Canadian experience. Avebury: Aldershot, 1990.

DREHER, A. Does Globalization affect growth? Empirical evidence from a new index. **Applied Economics**, v. 38, n. 10, 2006.

DREHER, A.; GASTON, N.; MARTENS, P. **Measuring globalization – Gauging its consequences**. Springer: New York, 2008.

FLEMING, J. On exchange-rate unification. **Economic Journal**, v. 81, p. 448- 467, 1971.

FRANKEL, J.; ROSE, A.. **The endogeneity of the optimum currency area criteria**. NBER Working Paper 5700, Cambridge: National Bureau of Economic Research, 1996.

GIERSCH, H. On the desirable degree of flexibility of exchange rates. **Weltwirtschaftliches Archiv**, 109, p. 191-213, 1973.

GUPTA, S. Changing faces of international trade: Multilateralism to regionalism. **Journal of International Commercial Law and Technology**, v. 3, 2008.

HABERLER, G. The international monetary system: some recent developments and discussions. In: HALM, G. (org.). **Approaches to greater flexibility of exchange rates**. Princeton: Princeton University Press, 1970. p. 115-123.

HAMADA, K. **The political economy of international monetary interdependence**. Cambridge, MA: MIT Press, 1985.

HILL, H; MENON, J. **ASEAN economic integration: Features, fulfillments, failures and the future.** ADB Working Paper Series on Regional Economic Integration, n. 69, December. Manila: Asian Development Bank, 2010.

INGRAM, J. State and regional payment mechanisms. **Quarterly Journal of Economics**, v. 73, p. 619-632, 1959.

INGRAM, J. Comment: the currency area problem. In: MUNDELL, R.; SWOBODA, A. (org.). **Monetary Problems of the International Economy**, University of Chicago Press, p. 95-100, 1969.

INGRAM, J. The case for European monetary integration. Essays. In: **International Finance**, Princeton University Press, n. 98, 1973.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **Annual report on exchange arrangements and exchange restrictions.** Whashington: IMF, 2014.

JESUS, J.M.C.R. A teoria das áreas monetárias ótimas e os choques assimétricos na união Europeia. **Pesquisa & Debate.** São Paulo, v.16, n. 1(27), p.37-79, 2005.

KENEN, P. B. Theory of optimum currency areas: an eclectic view. In Mundell, R. A.; Swoboda, A. K., (Eds.). **Monetary Problems of the International Economy.** Chicago: University of Chicago Press, 1969.

KINDLEBERGER, C. International public goods without international government. **American Economic Review**, p. 1-13, 1986.

KOHLI, H.S.; Ashok, S.; Anil, S. Eds 2011. **ASIA 2050: Realizing the Asian century.** Sage Publications for the Asian Development Bank.

KHOMAN, T. ASEAN Conception and evolution. **The ASEAN Reader**, Institute of Southeast Asian Studies, Cingapura, 1992.

KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M. **Economia Internacional: teoria e politica.** São Paulo: Pearson Education, 2010.

KRUGMAN, P. **Geography and trade.** Cambridge: The MIT Press, 1991.

LACHLER, U. Regional Integration and Economic Development. **Industry Series Paper.** Washington, 14, 1989.

MA, G.; REMOLONA, E. M.; **Opening markets through a regional bond fund: lessons from ABF2.** BIS Quarterly Review, 2005.

MAGNIFICO, G. **L'Europe par la monnaie.** Paris: Lavauzelle, 1994.

MCKINNON, R. Optimum currency areas. **American Economic Review**, n. 53, p. 717-724, 1963.

MICHAELYS, M. **Trade preferential agreements on Latin America: An ex-ante assessment.** Policy Research Working Paper 1583. World Bank, 1996.

MUNDELL, R. A theory of optimum currency areas. **American Economic Review**, v. 51, p. 657-665, 1961.

NESADURAI, H.E.S. Enhancing the institutional framework for AEC implementation: Designing institutions that are effective and politically feasible. In: DAS, S.B.;

MENON, J.; SEVERINO, R.; SHRESTHA, O.L. **The ASEAN Community: a work in progress**. Institute of Southeast Asian Studies, Cingapura, 2013.

OCAMPO, J. A. La cooperación financiera regional: experiencias y desafíos. In: OCAMPO, José A. (Org.) **Cooperación financiera regional**. Chile: CEPAL, capítulo IV, p. 131-161, 2006.

OLIVEIRA, S. E. M. C. **Cadeias globais de valor e os novos padrões de comércio internacional: uma análise comparada das estratégias de inserção de Brasil e Canadá**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília para obtenção do título de Doutora em Relações Internacionais. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília, 2014.

PARK, Y.C.. Integración financiera regional en Asia oriental: desafios y perspectivas. In: OCAMPO, José A. (Org.) **Cooperación financiera regional**. Chile: CEPAL, capítulo IV, p. 131-161, 2006.

PLUMMER, M.G. **The ASEAN Economic Community and the European experience**. ADB Working Paper Series on Regional Economic Integration, n. 01, December. Manila: Asian Development Bank, 2006.

PLUMMER, M.G.; CLICK, R.W. **Bond market development and integration in ASEAN**. Working Paper Series Vol. 2003-07. Japão, The International Centre for the Study of East Asian Development, 2003.

MADHUR, S. **Costs and benefits of a common currency for ASEAN**. ERD working paper series no. 12. Manila: Asian Development Bank, 2002.

RIVERA, L. A.; ROMER, P. M. **Economic integration and endogenous growth**. Working Paper 3527. Cambridge: National Bureau of Economic Research, 1990.

ROSE, A.; ENGEL, C. **Currency unions and international integration**. NBER Working Paper 7872. Cambridge: National Bureau of Economic Research, 2000.

SHADLEN, Globalisation, power and integration: the political economy of regional and bilateral trade agreements in the Americas. **Journal of Development Studies**, 2007.

TENREYRO, S. **On the causes and consequences of currency unions**. Harvard University, Cambridge, 2000.

TOWER, E.; WILLET, T. The concept of optimum currency areas and the choice between fixed and flexible exchange rates. In: HALM, G. (org.). **Approaches to**

**greater flexibility of exchange rates: the Burgenstock papers.** Princeton, NJ: Princeton University Press, 1970.

UNCTAD. **Trade and development report**, 2007. Geneva: United Nations Conference on Trade and Development, 2007.

VINER, J. **The customs union issue.** New York: Carnegie Endowment for the International Peace, 1950.

WYPLOSZ, C. Regímenes cambiarios regionales: la experiencia europea. In: OCAMPO, José A. (Org.) **Cooperación financiera regional.** Chile: CEPAL, capítulo IV, p. 131-161, 2006.

|



## APÊNDICES

### APÊNDICE A: Índice de complementaridade entre estruturas exportadoras e importadoras para países da ASEAN e ASEAN+3.

Índice de complementaridade entre estruturas exportadoras e importadoras para países da ASEAN e ASEAN+3, 2014.

	BD	CB	CG	FP	IN	LA	ML	MM	TL	VN	CH	CS	JP
Brunei Darussalam (BD)	–	0,02	0,13	0,12	0,09	0,02	0,06	0,04	0,20	0,02	0,15	0,27	0,28
Camboja (CB)	0,13	–	0,08	0,10	0,10	0,09	0,11	0,09	0,08	0,10	0,08	0,10	0,14
Cingapura (CG)	0,39	0,41	–	0,56	0,53	0,48	0,63	0,43	0,43	0,48	0,53	0,43	0,39
Filipinas (FP)	0,31	0,24	0,48	–	0,34	0,32	0,53	0,26	0,41	0,36	0,46	0,41	0,38
Indonésia (IN)	0,28	0,28	0,31	0,36	–	0,24	0,36	0,32	0,37	0,31	0,35	0,44	0,51
Laos (LA)	0,08	0,11	0,06	0,10	0,09	–	0,14	0,06	0,10	0,09	0,12	0,12	0,16
Malásia (ML)	0,40	0,33	0,64	0,59	0,48	0,41	–	0,38	0,49	0,50	0,54	0,55	0,51
Myanmar (MM)	0,09	0,05	0,07	0,07	0,08	0,04	0,11	–	0,11	0,09	0,11	0,16	0,22
Tailândia (TL)	0,47	0,42	0,44	0,47	0,51	0,49	0,53	0,40	–	0,51	0,43	0,45	0,43
Vietnã (VT)	0,33	0,29	0,34	0,37	0,38	0,26	0,36	0,28	0,38	–	0,33	0,37	0,45
China (CH)	0,43	0,36	0,42	0,40	0,45	0,39	0,47	0,35	0,48	0,51	–	0,43	0,46
Coreia do Sul (CS)	0,47	0,38	0,51	0,53	0,58	0,51	0,61	0,44	0,51	0,60	0,51	–	0,37
Japão (JP)	0,47	0,30	0,43	0,42	0,51	0,43	0,52	0,37	0,55	0,48	0,50	0,48	–

Fonte: UNCTADstat.

**APÊNDICE B: Resultados de correlações entre taxas de crescimento do PIB entre economias da ASEAN e ASEAN+3, 1997-2014.**

	BD	CB	CG	FP	IN	LA	ML	MM	TL	VN	CH	CS	JP
Brunei Darussalam (BD)	1,000	0,403	0,339	-0,002	0,104	-0,027	0,273	0,432	0,534	0,186	0,176	0,499	0,364
Camboja (CB)	0,403	1,000	0,429	0,368	0,180	0,108	0,482	0,492	0,504	0,434	0,354	0,479	0,570
Cingapura (CG)	0,339	0,429	1,000	0,652	0,460	0,435	0,754	0,316	0,508	0,523	0,525	0,634	0,773
Filipinas (FP)	-0,002	0,368	0,652	1,000	0,700	0,624	0,786	0,123	0,508	0,310	0,289	0,420	0,789
Indonésia (IN)	0,104	0,180	0,460	0,700	1,000	0,751	0,778	0,291	0,673	0,277	0,321	0,581	0,365
Laos (LA)	-0,027	0,108	0,435	0,624	0,751	1,000	0,532	-0,033	0,407	0,011	0,358	0,326	0,210
Malásia (ML)	0,273	0,482	0,754	0,786	0,778	0,532	1,000	0,303	0,687	0,350	0,253	0,800	0,698
Myanmar (MM)	0,432	0,492	0,316	0,123	0,291	-0,033	0,303	1,000	0,659	0,467	0,495	0,436	0,267
Taiândia (TL)	0,534	0,504	0,508	0,656	0,673	0,407	0,687	0,659	1,000	0,238	0,320	0,632	0,621
Vietnã (VT)	0,186	0,434	0,523	0,310	0,277	0,011	0,350	0,467	0,238	1,000	0,783	0,211	0,500
China (CH)	0,176	0,354	0,525	0,289	0,321	0,358	0,253	0,495	0,320	0,783	1,000	0,151	0,322
Coreia do Sul (CS)	0,499	0,479	0,634	0,420	0,581	0,326	0,800	0,436	0,632	0,211	0,151	1,000	0,491
Japão (JP)	0,364	0,570	0,773	0,789	0,365	0,210	0,698	0,267	0,621	0,500	0,322	0,491	1,000

Fonte: Elaboração do autor com resultado de pesquisa e dados de UNCTADstat.

**APÊNDICE C: Resultados de correlações entre os deflatores do PIB entre economias da ASEAN e ASEAN+3, 1997-2014.**

	BD	CB	CG	FP	IN	LA	ML	MM	TL	VN	CH	CS	JP
Brunei Darussalam (BD)	1,000	-0,122	0,150	-0,143	-0,200	0,025	0,655	-0,525	-0,104	0,471	0,442	-0,449	-0,324
Camboja (CB)	-0,122	1,000	-0,062	0,550	0,493	0,103	0,461	0,423	0,628	0,429	0,350	0,370	0,105
Cingapura (CG)	0,150	-0,062	1,000	-0,271	-0,185	-0,486	0,130	-0,577	0,258	0,130	-0,011	-0,011	0,049
Filipinas (FP)	-0,143	0,550	-0,271	1,000	0,975	0,590	0,447	0,437	0,591	0,087	-0,268	0,414	0,167
Indonésia (IN)	-0,200	0,493	-0,185	0,975	1,000	0,545	0,417	0,362	0,626	0,080	-0,257	0,403	0,154
Laos (LA)	0,025	0,103	-0,486	0,590	0,545	1,000	0,062	0,270	-0,202	-0,136	0,063	-0,182	0,017
Malásia (ML)	0,655	0,461	0,130	0,447	0,417	0,062	1,000	-0,070	0,507	0,593	0,456	0,063	-0,169
Myanmar (MM)	-0,525	0,423	-0,577	0,437	0,362	0,270	-0,070	1,000	0,253	-0,243	-0,541	0,549	-0,055
Taiândia (TL)	-0,104	0,628	0,258	0,591	0,626	-0,202	0,507	0,253	1,000	0,325	0,301	0,518	0,109
Vietnã (VT)	0,471	0,429	0,130	0,087	0,080	-0,136	0,593	-0,243	0,325	1,000	0,702	0,022	-0,408
China (CH)	0,442	0,350	0,412	-0,268	-0,257	-0,478	0,456	-0,541	0,301	0,702	1,000	0,053	-0,463
Coreia do Sul (CS)	-0,449	0,370	-0,011	0,414	0,403	-0,182	0,063	0,549	0,518	0,022	0,053	1,000	0,002
Japão (JP)	-0,324	0,105	0,049	0,167	0,154	0,017	-0,169	-0,055	0,109	-0,408	-0,463	0,002	1,000

Fonte: Elaboração do autor com resultado de pesquisa e dados de UNCTADstat.